

CARLOS HENRIQUE CÁSSIA FONTES

ANÁLISES COMPARADAS DE BRASIL, CHINA, E ÍNDIA

**Uberlândia, MG
Instituto de Economia / UFU
2007**

CARLOS HENRIQUE CÁSSIA FONTES

ANÁLISES COMPARADAS DE BRASIL, CHINA, E ÍNDIA

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho


Co-Orientador: Prof. Dr. Flávio Vilela Vieira

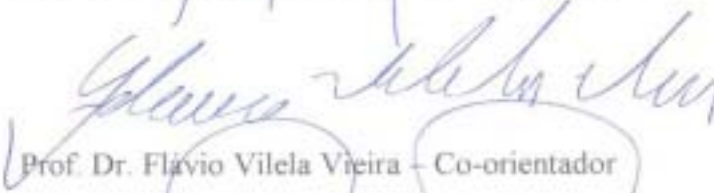
Uberlândia, MG
Instituto de Economia / UFU
2007


ANÁLISES COMPARADAS DE BRASIL, CHINA, E ÍNDIA

CARLOS HENRIQUE CÁSSIA FONTES

Dissertação defendida em 8 de fevereiro de 2007 e aprovada pela banca examinadora constituída por:


Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho – Orientador


Prof. Dr. Flávio Vilela Vieira – Co-orientador


Prof. Dr. Vitor Alberto de Matos


Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

Uberlândia, MG
Instituto de Economia / UFU
2007

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado tem um enorme significado na minha vida, é a conclusão de uma fase que durou quase três anos. Além da realização parcial de um projeto de vida em termos acadêmicos e profissionais, ela tem também um significado particularmente especial. Representa a superação de obstáculos pessoais, enfrentados ao longo destes três anos, principalmente nos dois últimos anos que passaram. A lição que fica é que, apesar dos obstáculos, não devemos desistir nunca, e que nos momentos difíceis toda ajuda é fundamental. Estes agradecimentos são para todos aqueles que me ajudaram, de todas as maneiras, a superar estes obstáculos.

Agradeço a meus pais, Fernando e Eloisa, e a meus irmãos, Felipe e Fernanda, sem o apoio deles eu nunca teria chegado a lugar nenhum.

Agradeço muitíssimo ao Niemeyer pela orientação, pela paciência e, sobretudo, pela compreensão. Minha dívida de gratidão é incomensurável.

Agradeço ao prof. Flávio pela atenção e paciência dispensadas, sempre disposto a ajudar com as minhas dúvidas.

Ao prof. Vitor pela boa vontade e atenção, e pelas críticas construtivas.

Agradeço à prof^a Vanessa Petrelli Corrêa e à prof^a Marisa dos Reis Azevedo Botelho, ambas em suas respectivas gestões como coordenadoras do mestrado, pela atenção e pela compreensão.

Aos demais professores do Instituto de Economia com os quais tive contato enquanto cursava as disciplinas do mestrado: prof. José Rubens, prof. Marcelo Carcanholo, e prof. Márcio Holland. As suas contribuições à minha formação como economista foram indispensáveis.

Aos colegas do mestrado que tornaram mais fácil suportar a distância da minha família enquanto estava em Uberlândia: André, Clésio, Diana, Fernanda, Fernando, Gabriel, Kelly, Luciana, Marcelo, Marisa, Ricardo José, Ricardo Brito, Thiago, Lima, Henrique, César Piorski, Hugo e Bianca. Agradeço em especial à Vanessa, ao Daniel, e ao Tiago; o incentivo dado por vocês nos últimos meses foi fundamental. Mais do que o agradecimento fica a amizade para toda a vida.

Agradeço muito à Vaine, por sua preocupação quase materna com os alunos do mestrado, que com certeza vai muito além das suas obrigações. Sem sua ajuda nada disso seria possível.

Agradeço à Dolores por me ajudar a colocar as idéias no lugar, sua orientação

certamente foi indispensável.

Finalmente, agradeço ao Instituto de Economia pela confiança a mim creditada, e à UFU pela ajuda financeira.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
.....	
LISTA DE GRÁFICOS	vii
RESUMO	viii
INTRODUÇÃO	01
1 – A DESIGUALDADE MUNDIAL NA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	05
1.1 A desigualdade mundial no século XX	05
1.2 – A persistência da desigualdade mundial no período 1989-2005	16
2 – COMPARAÇÃO ENTRE AS ECONOMIAS BRASILEIRA, CHINESA, E INDIANA	
.....	21
2.1 – O desempenho econômico da China no período 1971-2003	21
.....	
2.2 – Comparação entre as economias de Brasil, China, e Índia no período 1989-2003	24
2.3 – Síntese comparativa de aspectos econômicos selecionados de Brasil, China, e Índia	41
CONCLUSÕES	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
ANEXOS	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação do núcleo orgânico na produção global e na população mundial (%)	10
Tabela 2 - Participações de Brasil, China, e Índia na produção global e na população mundial	10
Tabela 3 - PIB per capita (US\$)	11
Tabela 4 - Performance econômica relativa de Brasil, China e Índia em relação ao núcleo orgânico	12
Tabela 5 - Média das taxas de crescimento do PIB (%)	24
Tabela 6 - Média do Grau de abertura comercial (%) (1989-2003)	31
Tabela 7 - Média das taxas de crescimento do PIB per capita (%) (1989-2003)	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Volume mundial de comércio internacional (% do PIB global)	09
Gráfico 2 - Participação do PNB sobre o PIB mundial	17
Gráfico 3 - Participação do PIB sobre o PIB mundial	18
Gráfico 4 - Performance econômica comparativa de Brasil, China e Índia (1989-2005)	19
Gráfico 5 - PIB (em bilhões de US\$) (1971-2003)	22
Gráfico 6 - Performance econômica comparativa de Brasil, China e Índia (1971-2003)	23
Gráfico 7 - Variação anual do PIB (%) (1989-2003).....	25
Gráfico 8 - Formação bruta de capital fixo (% do PIB) (1989-2003)	27
Gráfico 9 - Investimento direto estrangeiro (% do PIB) (1989-2003)	28
Gráfico 10 - Fluxo de capitais privados (% do PIB) (1989-2003)	29
Gráfico 11 - Grau de abertura comercial (1989-2003)	31
Gráfico 12 – Participação na pauta de exportações do Brasil (1989-2003)	33
Gráfico 13 - Participação na pauta de importações do Brasil (1989-2003)	34
Gráfico 14 - Participação na pauta de exportações da Índia (1989-2003)	35
Gráfico 15 - Participação na pauta de importações da Índia (1989-2003)	36
Gráfico 16 - Participação na pauta de exportações da China (1989-2003)	37
Gráfico 17 - Participação na pauta de importações da China (1989-2003)	39
Gráfico 18 – Participação dos produtos de produtos de alta tecnologia nas exportações de manufaturas (1992-2003)	40

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar se a hipótese de desigualdade na distribuição mundial de riqueza, pertencente à teoria da dependência, tem validade no período 1989-2003. Paralelamente, investiga-se também a hipótese da convergência, referente aos modelos neoclássicos de crescimento. Para tanto, foram realizadas comparações entre as taxas de crescimento do PIB e as performances econômicas comparativas de Brasil, China, Índia, e os países que formam o núcleo orgânico do capitalismo. À medida que o estudo evolui, e é constatado o forte crescimento da economia chinesa, a comparação limita-se aos três países periféricos, através das seguintes séries temporais: variação anual do PIB, formação bruta de capital fixo, investimento direto estrangeiro, fluxo de capitais privados, grau de abertura comercial, pautas de exportações e importações, e exportações de produtos de alta tecnologia. Nesta etapa avalia-se também alguns pressupostos dos modelos neoclássicos de crescimento. E finalmente são avaliados os efeitos de algumas reformas de política econômica, implementadas por estes países entre os anos 80 e 90, e sua aderência (ou não) aos itens do Consenso de Washington. Foi constatado que a desigualdade mundial persiste no período em questão, colocando em dúvida a hipótese neoclássica de convergência. Além disso, constatou-se também que o expressivo desempenho econômico chinês deveu-se principalmente à adoção de políticas governamentais intervencionistas, contrariando a agenda do Consenso de Washington.

INTRODUÇÃO

Desde quando Adam Smith escreveu “A riqueza das nações” em 1776, a ciência econômica vem tentando enunciar uma fórmula geral que promovesse o desenvolvimento econômico de qualquer país. Essa suposta fórmula variou ao longo dos últimos dois séculos e meio, passando da economia clássica à neoclássica, com seus desmembramentos posteriores, e foi-se formalizando o que é conhecido hoje como a teoria econômica ortodoxa.

A ortodoxia tem como primeiro expoente formal Adam Smith, que afirmava que a melhor maneira de desenvolver economicamente uma sociedade seria deixar que a “mão invisível” do mercado regesse as relações de produção, ou seja, cada indivíduo buscando seu próprio interesse se especializaria em determinada tarefa, beneficiando toda a sociedade. Poucas décadas depois, David Ricardo surgia com a sua teoria das vantagens comparativas, argumentando que cada país deveria se especializar na produção de bens em cuja produção tivesse um custo de oportunidade relativamente menor. Dessa vez a teoria ortodoxa incorporava ao seu universo de análise as interações entre os diversos países, ou seja, o comércio internacional. Neste sentido, o livre comércio seria benéfico a todos os países, desde que houvesse concorrência perfeita.

Os modelos baseados na teoria floresceram ao longo dos séculos, evoluindo para fórmulas mais elaboradas, como o modelo de Heckscher-Ohlin¹, que afirmava que as diferenças de dotação de recursos entre os países seria a principal determinante do comércio internacional, posteriormente surgiriam modelos mais complexos como o de Heckscher-Ohlin-Samuelson². Esses modelos, embora se referissem mais ao comércio internacional, carregavam em si, ainda que implicitamente, a busca de uma fórmula geral para o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico.

Todavia, o que a maior parte dos modelos e das teorias originados na ortodoxia tem em comum é a premissa básica de que o livre mercado (ou a concorrência perfeita) se constituiria na melhor alternativa, alocando da maneira mais eficiente possível os recursos econômicos de qualquer país.

Neste sentido, o presente estudo abordará o modelo de Solow e alguns modelos de crescimento posteriores, que serão chamados aqui de modelos neoclássicos de

¹ KRUGMAN & OBSTFELD (1999).

² KARP (2004).

crescimento³. Estes modelos, em termos simplificados, postulam que o PIB de um país cresce principalmente de acordo com a sua taxa de acumulação de capital físico, o crescimento populacional, e o progresso tecnológico (entre outras variáveis)⁴.

A mais importante dessas variáveis seria o progresso tecnológico, considerado o motor do desenvolvimento. E a tecnologia seria transferida para os países em desenvolvimento através do investimento direto estrangeiro ou de publicações científicas, como se a tecnologia fosse um bem livre⁵.

Uma importante implicação do modelo neoclássico é a hipótese da convergência, postulando que no longo prazo as rendas dos países convergiriam para o mesmo nível. Em última análise, isso significa que os países periféricos em um tempo lógico alcançariam os padrões de desenvolvimento econômico dos países centrais.

Em contraposição aos modelos neoclássicos, este trabalho aborda também a teoria da dependência, surgida na América Latina na década de 1960. Esta teoria parte da observação da transição de alguns países periféricos em direção à industrialização via substituição de importações (iniciada durante a crise econômica mundial de 1929). Poucas décadas depois, durante a reconstrução do pós-guerra, a indústria nacional destes países se alia ao capital internacional através das multinacionais, aproveitando o surgimento de um novo ciclo expansivo da economia mundial. Neste sentido, a teoria da dependência constatava que essa industrialização não representava de fato um desenvolvimento, pois, os países periféricos continuavam subordinados em termos econômicos, políticos e tecnológicos aos países centrais, liderados pelos EUA (que emergiam após a Segunda Guerra como a maior potência mundial). Mais exatamente, essa teoria

“representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização” (DOS SANTOS, 2000: 26).

³ JONES (2000).

⁴ Versões mais complexas contemplam a variação no capital humano, afirmando que este dependeria do tempo que os indivíduos aplicam à aquisição de qualificações ao invés de trabalharem (JONES, 2000).

⁵ Esses detalhes serão abordados nos próximos capítulos.

A teoria da dependência pode ser resumida basicamente em quatro pontos principais⁶:

- O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- A dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política).

Neste sentido, a teoria da dependência vai contra a idéia de que o subdesenvolvimento seria uma etapa lógica antes do desenvolvimento, como argumentava o “Manifesto não-comunista” de Rostow⁷. A teoria da dependência utiliza, portanto, um enfoque global que pretende entender a evolução do capitalismo como economia mundial. Segundo DOS SANTOS (2000: 41),

“a problemática do subdesenvolvimento e do desenvolvimento precisa ser analisada no processo de evolução do sistema econômico mundial. Nele, persiste a divisão entre um centro econômico, tecnológico e cultural, uma periferia subordinada e dependente, e formas de semiperiferia (...)”.

O período que vai do pós-guerra até meados da década de 1970, foi caracterizado pela reconstrução da economia mundial e, até certo ponto, pela reestruturação do capitalismo mundial, durante o qual perdurou o Acordo de Bretton Woods⁸, um sistema de instituições internacionais e multilaterais que, de certa forma, garantiu a estabilidade da economia mundial nesses 30 anos.

⁶ DOS SANTOS (2000: 27).

⁷ De acordo com ARRIGHI (1995: 100), a doutrina de Rostow “dizia que as nações deviam passar por uma série de estágios essencialmente similares de desenvolvimento econômico e político – estágios que levavam da pobreza tradicional à prosperidade do consumo em massa. A maior parte das nações ainda estava presa a um ou outro dos estágios iniciais. Mas a aderência aos princípios o livre mercado asseguravam que, eventualmente, cada nação alcançaria o estágio do elevado consumo de massa”.

⁸ Sobre este tema ver CUNHA (2004) e HOBBSBAWM (1995).

Essa época de ouro do capitalismo perdurou até os anos 70, quando surgiu o pensamento neoliberal. Esse pensamento se cristalizaria nos final dos anos 80, cunhando o termo “Consenso de Washington”⁹, uma agenda de políticas que deveriam ser implementadas pelos países periféricos para promover o seu desenvolvimento. Na década de 1990 a onda neoliberal atingiu o seu auge, dominando principalmente as economias latino-americanas. A pressão externa para que os países periféricos adotassem essa agenda política liberalizante vinha principalmente de organismos multilaterais, em destaque o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

De acordo com WILLIAMSON (2004a), essa agenda de reformas consiste basicamente em: redução dos déficits orçamentários; redirecionamento dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; unificação da taxa de câmbio; eliminação de restrições comerciais não-tarifárias e redução das tarifas comerciais; abolição de barreiras ao investimento direto estrangeiro (IDE); privatização de empresas estatais; abolição de regulamentações que impedem a entrada de novas empresas ou restringem a competição; e a provisão de direitos garantidos de propriedade.

Os três países periféricos abordados diretamente neste estudo implementaram as medidas do Consenso de Washington em algum momento das duas últimas décadas, uns em menor e outros em maior grau. Sendo que em alguns casos as liberalizações externa e financeira resultaram em crises internacionais, aumento das taxas de desemprego, reprimarização da pauta de exportações, e outros efeitos negativos¹⁰.

É no contraste entre estas duas visões do desenvolvimento econômico, os modelos neoclássicos de crescimento e a teoria da dependência, que se insere o presente trabalho. Pretende-se aqui investigar se a desigualdade na distribuição mundial de riqueza, prevista pela teoria da dependência, ainda persiste atualmente; ou se a hipótese da convergência e outros pressupostos dos modelos neoclássicos se sustenta. Além disso, pretende-se também analisar os efeitos das reformas liberalizantes adotadas por Brasil, China, e Índia nos moldes do Consenso de Washington. O presente estudo parte da hipótese de que a teoria da dependência seja verdadeira. Portanto, essas questões serão discutidas nos capítulos seguintes.

⁹ WILLIAMSON (2004) e (2004a).

¹⁰ Este assunto será explorado com mais detalhamento na seção 2.3 do capítulo 2.

1 – A DESIGUALDADE MUNDIAL NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

1.1 – A desigualdade mundial no século XX

Este capítulo tem como objetivo a apresentação de fatos que comprovem a desigualdade mundial na distribuição de renda durante a maior parte do século XX. Isso não significa que a desigualdade não estivesse presente anteriormente, mas apenas que os dados e artigos disponíveis nos permitem tratar somente do período em questão. Embora a percepção dessa desigualdade seja óbvia para muitos observadores, devido ao nítido contraste entre o seletivo grupo de nações economicamente desenvolvidas e o restante dos países em todo o mundo, é preciso comprová-la através de dados. Esta desigualdade já havia sido constatada por ARRIGHI (1995) para o período de 1938 a 1988, e ALMEIDA FILHO & CORRÊA (2000) atualizaram esses dados até o ano de 1997. Apesar de serem utilizados dados disponíveis a partir de 1971, boa parte deste trabalho aborda o período de 1989 a 2003, partindo do ponto onde ARRIGHI (1995) parou. Todas as séries utilizadas foram obtidas através do anuário *World Development Indicators*, do banco de dados do Banco Mundial¹¹.

Foi utilizado neste trabalho o conceito de **núcleo orgânico do capitalismo**, formulado por ARRIGHI (1995: 88), que engloba “*todos os Estados que no último meio século¹² mais ou menos ocuparam as posições mais elevadas na hierarquia global da riqueza e, em virtude dessa posição, estabeleceram (individual e coletivamente) os padrões de riqueza que todos os governos procuraram manter e todos os demais tentaram obter*”. O núcleo orgânico é formado por 16 países¹³: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia, e Suíça. Estes países também mantiveram neste período posições geopolíticas ou participações históricas na definição das linhas de atuação dos organismos internacionais, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (ALMEIDA FILHO & CORRÊA, 2000).

Ao longo do século XX os países que formam o núcleo orgânico obtiveram parcelas crescentes da produção global, concentrando a riqueza global e mantendo suas

¹¹ <http://www.worldbank.org>

¹² O “meio século” a que ARRIGHI (1995) se refere é o período de 1938 a 1988.

¹³ Excluimos o Japão do núcleo orgânico, apesar de seu notável desempenho, pois, o “milagre” econômico japonês é um caso isolado, ou seja, é apenas uma exceção que confirma a regra.

posições históricas; todos os demais países são considerados periféricos, e qualquer exceção (o caso isolado do Japão) apenas confirma a regra (ALMEIDA FILHO, 2003). De acordo com ARRIGHI (1995: 98), durante os 50 anos que compreendem o período 1938-1988, a diferença entre as rendas dos países periféricos e as rendas dos países do núcleo orgânico do capitalismo foi alargada, mostrando uma tendência de que no longo prazo a grande maioria da população mundial fique cada vez mais distante dos padrões de riqueza do Ocidente. Além disso, o autor também constatou que neste período os diferenciais de renda entre os países periféricos aumentaram, enquanto que dentro do núcleo orgânico o movimento foi na direção oposta. De forma resumida, *“esses movimentos opostos provocaram uma tendência na desigualdade de renda nos últimos cinquenta anos: decrescente nas regiões ricas e crescente nas regiões pobres”*.

Contrastando com a observação dessa desigualdade mundial, os modelos neoclássicos de crescimento econômico (o modelo de Solow e seus descendentes) postulam que o PIB de um país cresce de acordo com o seu estoque de capital, a sua quantidade de mão-de-obra e o progresso tecnológico. Em outras palavras, os principais determinantes do crescimento econômico seriam a taxa de investimento, a taxa de crescimento populacional e o progresso tecnológico. As versões mais complexas do modelo de Solow contemplam as diferenças na qualificação da mão-de-obra (capital humano), introduzindo uma variável referente ao tempo que as pessoas dedicam à aquisição de qualificações ao invés de trabalhar. Assim, de acordo com JONES (2000: 47), *“alguns países são ricos porque têm altas taxas de investimento em capital físico, despendem uma parcela considerável de tempo acumulando habilidades, baixas taxas de crescimento populacional e altos níveis de tecnologia”*.

Um dos pressupostos deste modelo é que o progresso tecnológico é considerado exógeno, e que a tecnologia flui livremente através do comércio internacional, por publicações científicas, ou pela migração de cientistas. E, embora os modelos neoclássicos de crescimento não contemplem o comércio internacional em suas funções de produção, seus defensores observam uma relação positiva entre o crescimento do PIB e o grau de abertura comercial¹⁴. Mais do que isso, JONES (2000: 122) afirma que

“um país que atrai investimentos em forma de capital para negócios, transferência de tecnologia do exterior e qualificação de mão-de-obra será aquele no qual as instituições e leis favorecem a produção em relação ao desvio, a economia é aberta ao comércio internacional e à concorrência no mercado global, e as instituições econômicas são estáveis”.

¹⁴ Percentual da soma das exportações e importações sobre o PIB.

Assim, considerando as taxas de acumulação de capital físico, crescimento populacional, e de progresso tecnológico, a renda de um país crescerá até o ponto em que variação no estoque de capital seja suficiente para manter constante o montante de capital por trabalhador; este seria o estado estacionário¹⁵. Se uma economia está em um ponto abaixo do estado estacionário, sua renda crescerá mais rapidamente em relação a outra que esteja acima deste ponto (analogamente, acima deste ponto a renda cresce mais lentamente); isso ocorre devido à existência de retornos decrescentes à acumulação de capital. Neste modelo as políticas que alteram as taxas de crescimento, o fazem apenas temporariamente até que a economia alcance um novo estado estacionário, embora a alteração no nível da renda possa ser permanente. Em outras palavras, as mudanças de política não têm efeito de crescimento no longo prazo (JONES, 2000).

No longo prazo todos os países convergiriam para este ponto; e, portanto, as rendas de todos os países convergiriam também para o mesmo nível. As evidências empíricas apresentadas por JONES (2000) mostram que esta convergência ocorre apenas para o grupo dos países centrais, ou seja, os países periféricos não seguem o mesmo movimento. A explicação para este fato seria que cada país apresenta diferentes taxas de investimento, de crescimento populacional e de progresso tecnológico, ou seja, os países podem apresentar diferentes estados estacionários. O argumento neoclássico postula, portanto, que à medida que os países aumentem sua taxa de investimento e o crescimento populacional se estabilize, com o passar dos anos os países periféricos alcançariam o mesmo nível de desenvolvimento do núcleo orgânico; lembrando que a tecnologia fluiria livremente.

Se o argumento exposto no parágrafo acima estiver certo, e considerando que o comércio internacional cresce em todo o mundo há pelo menos 30 anos (gráfico 1) e que há países periféricos crescendo a taxas consideráveis (China e Índia, por exemplo), então deveria ser observada uma diminuição da desigualdade na distribuição mundial da renda. Mas o que se observa é justamente o contrário: a participação do núcleo orgânico sobre a produção global se mantém extremamente alta, e países periféricos como Brasil, China e Índia permanecem responsáveis por uma parcela ínfima da produção global (tabelas 1 e 2).

¹⁵ JONES (2000) expõe de forma bastante detalhada como se chega ao estado estacionário no modelo neoclássico de crescimento.

Existem também outras críticas a esses modelos, mas no plano teórico. Em primeiro lugar, a tecnologia não pode ser considerada exógena¹⁶ e tampouco um bem livre. O progresso tecnológico depende fortemente de pesados investimentos públicos, especialmente no caso dos países periféricos, onde a iniciativa privada investe muito pouco em P&D, portanto, não é de forma alguma exógeno. Segundo, o conhecimento tecnológico é protegido por patentes internacionais, tornando-o quase inacessível a países de baixa renda; então, mesmo que alguma multinacional se instale nesse país, a tecnologia continuaria restrita. Além disso, nenhum cientista migraria de um país avançado para um país pobre. Na verdade o que se observa é justamente o contrário. De acordo com DOS SANTOS (2000: 38):

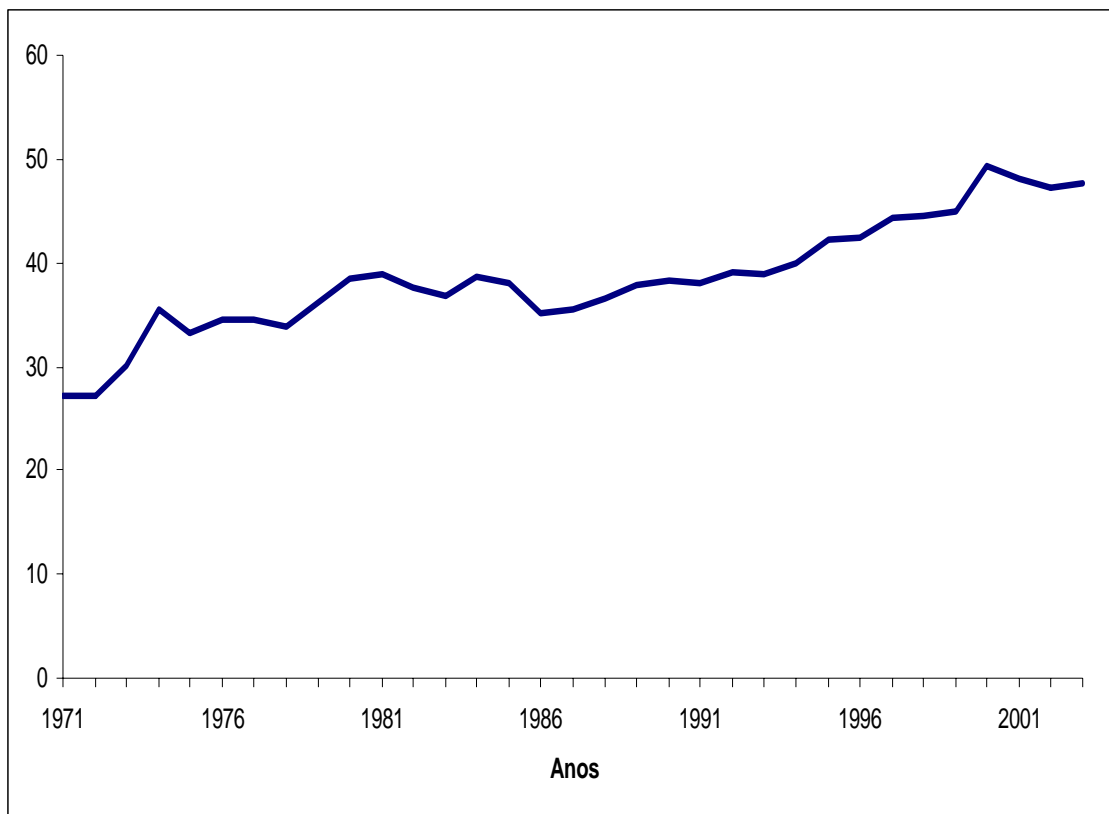
“A desvalorização das camadas médias de profissionais resultante dessa falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento só é compensada, em parte, pela emigração de grande parte deles para os países centrais. Aprofunda-se assim a captação de recursos humanos, o brain drain da década de 1960, agora atraindo cérebros dos países de desenvolvimento médio, cuja estrutura educacional se torna inútil diante da baixa demanda de serviços resultante de um desenvolvimento dependente, subordinado, concentrador e excludente”.

A acumulação de capital humano, que dependeria de quanto tempo os agentes decidem dedicar à aquisição de qualificações, também não pode ser dada como exógena; esta depende de investimentos públicos em educação, e nos países pobres nenhum trabalhador de baixa renda poderia se dar ao luxo de deixar de trabalhar. Finalmente, os modelos neoclássicos atuam em um nível de abstração no qual o comércio internacional não é contemplado. Na realidade as exportações dos países periféricos enfrentam uma série de barreiras tarifárias e subsídios impostos por vários países centrais. Portanto, seja através de políticas protecionistas ou de manutenção do controle de conhecimentos tecnológicos, o fato que é que os países do núcleo orgânico são capazes de preservar sua competitividade, permitindo assim que suas economias permaneçam líderes mundiais.

¹⁶ Esta hipótese é relaxada em modelos neoclássicos mais complexos.

Gráfico 1

Volume mundial de comércio internacional (% do PIB global)



Nota: O gráfico apresenta o percentual da soma das exportações e importações de todos os países do mundo sobre o PIB global.

Fonte: World Development Indicators (2006) – elaboração própria.

A manutenção da desigualdade mundial na distribuição de renda pode ser observada na Tabela 1, que mostra a participação do PIB do núcleo orgânico como um agregado sobre a produção global¹⁷, em comparação com a participação da população do núcleo sobre a população mundial. Os dados mostram que no período entre os anos de 1971 e 2000 o núcleo orgânico concentrou mais da metade de tudo o que foi produzido no mundo. Considerando a população do núcleo como um todo, pode-se dizer que, nesse período, em média 56,4% de toda a riqueza global foi usufruída por apenas 11,2% da população mundial.

¹⁷ Para o agregado do núcleo orgânico foi utilizado o PNB em dólares correntes (*GNI current US\$ - Gross National Income*), e para a produção global foi utilizado o PIB mundial em dólares correntes (*GDP current US\$ - Gross Domestic Product*). Os números do núcleo orgânico são uma soma dos PNB's dos 16 países.

Tabela 1

Participação do núcleo orgânico na produção global e na população mundial (%)

Anos	1971	1975	1980	1985	1990	1995	2000
PIB	63,07	58,97	56,33	57,35	55,54	52,36	55,00
população	13,02	12,40	11,70	11,06	10,55	10,25	9,94

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006).

Já na Tabela 2 pode-se observar a mesma comparação feita para três países periféricos: Brasil, China, e Índia¹⁸. Comparando esta tabela com a Tabela 1, observa-se um visível contraste. Nos casos da China e da Índia este contraste torna-se gritante: as participações das populações destes países apresentaram no período 1971-2000 médias de 21,81% e 15,85%, respectivamente; enquanto que a média das participações dos seus PIB's foram de 2,33% e de 1,55%. Mesmo no caso do Brasil os números continuam muito contrastantes quando comparados aos apresentados pelo núcleo orgânico.

Portanto, a comparação entre as Tabelas 1 e 2 deixa claro que a desigualdade mundial na distribuição de riqueza marcou significativamente os últimos 29 anos do século XX; embora alguns trabalhos mostrem que este fenômeno esteve presente na maior parte do século¹⁹.

Tabela 2

Participações de Brasil, China, e Índia na produção global e na população mundial

Países	1971	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Brasil	1,53 (2,62)	2,11 (2,66)	2,08 (2,74)	1,71 (2,82)	2,07 (2,84)	2,35 (2,86)	1,84 (2,87)
China	3,09 (22,39)	2,79 (22,56)	1,72 (22,14)	2,47 (21,78)	1,64 (21,60)	2,43 (21,32)	3,73 (20,83)
Índia	2,04 (14,91)	1,66 (15,10)	1,66 (15,51)	1,83 (15,86)	1,44 (16,16)	1,19 (16,49)	1,44 (16,76)

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006).

Nota: Os números representam o PNB de cada país como uma porcentagem do PIB mundial; e os números entre parênteses representam a população de cada país como porcentagem da população mundial.

¹⁸ Assim como na Tabela 1, os dados apresentados na Tabela 2 referem-se ao PNB em dólares correntes (*GNI current US\$*) de cada país, e a produção global refere-se ao PIB mundial em dólares correntes (*GDP current US\$*).

¹⁹ Dados apresentados em ARRIGHI (1995) e em ALMEIDA FILHO & CORRÊA (2000).

Outros dados que corroboram a idéia da desigualdade mundial estão apresentados na Tabela 3. Aqui são mostrados os PIB's per capita²⁰ de Brasil, China, Índia, e do núcleo orgânico. Para o ano 2000, o PIB do Brasil foi 8 vezes menor que o do núcleo orgânico, o da China foi 30 vezes menor, e o da Índia foi quase 63 vezes menor. Vale lembrar que os valores do PIB per capita do núcleo orgânico são uma média ponderada dos PIB's e das populações dos 16 países; na verdade, os PIB's per capita dos países que formam o núcleo variaram entre US\$ 13.512 e US\$ 44.758 no ano 2000. Se compararmos estes valores com o PIB per capita, por exemplo, dos EUA (que em 2000 foi de US\$ 34.599) ou de Luxemburgo (US\$ 44.758), a disparidade observada seria ainda maior.

Tabela 3
PIB per capita (US\$)

Países	1971	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Brasil	1990	2652	3256	3072	3090	3338	3461
China	127	146	186	290	392	658	949
Índia	208	215	224	261	318	374	454
Núcleo orgânico	15218	16424	18731	20675	23302	24801	28497

Nota:

1. O PIB do núcleo orgânico foi obtido através da soma dos PIB's dos 16 países.
2. PIB em dólares de 2000.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006).

Outro conceito também utilizado neste capítulo é o de performance econômica comparativa, baseado na proposta de ARRIGHI (1995). Este indicador é usado para comparar o desempenho econômico das nações em relação ao núcleo orgânico; seu valor é representado pela razão entre o PNB per capita de cada país e o PNB per capita do núcleo orgânico como um todo multiplicado por 100. Esta proporção dos PNB's per capita representa o “*domínio dos habitantes da região ou jurisdição a que se refere sobre os recursos naturais e humanos do núcleo orgânico, relativo ao domínio dos habitantes do núcleo orgânico sobre os recursos naturais daquela região ou jurisdição*” (ARRIGHI, 1995: 93). Vale lembrar que este indicador não deve ser usado como

²⁰ Nesta tabela foi utilizado o PIB per capita ao invés do PNB per capita, pois esta série só está disponível no banco de dados do Banco Mundial em dólares correntes, e não em dólares constantes de 2000.

referência para medir o bem-estar dos habitantes de cada país em relação ao bem-estar dos habitantes do núcleo orgânico; tampouco deve ser usado como indicador da produtividade média dos mesmos. Mais exatamente, de acordo com ALMEIDA FILHO & CORRÊA (2000: 10):

“O indicador merece dois comentários: o primeiro, é que o coeficiente não tem qualquer conotação de bem-estar, ou nível de vida social; o segundo, é que o indicador é uma simplificação não desprezível do grau de comando real sobre a riqueza, uma vez que não se estabelece uma relação biunívoca entre o país e o núcleo. Há diversas transações e controles entre os países que constituiriam a periferia do núcleo. Não obstante, os indicadores mostram razoavelmente o resultado e a evolução das inserções dos diversos países na divisão internacional do trabalho”.

Uma vez definido o conceito de performance econômica comparativa, são apresentadas na Tabela 4 as proporções entre os PNB's per capita de Brasil, China e Índia em relação ao núcleo orgânico para os últimos 29 anos do século XX. As médias das performances de Brasil, China e Índia para este período são respectivamente: 14,4%; 2,1%; e 2,0%. Tomando, por exemplo, o caso do Brasil, pode-se dizer que entre 1971 e 2000 o PNB per capita brasileiro foi apenas 14,4% do PNB per capita do núcleo orgânico; isso é o mesmo que dizer que o comando médio dos habitantes do Brasil sobre os recursos humanos e naturais foi 7 vezes menor que o comando que o núcleo orgânico exerce sobre os seus recursos. Nos casos de China e Índia, o comando médio destes países foram aproximadamente 47 e 51 vezes menor que o comando médio do núcleo, respectivamente.

Tabela 4

Performance econômica relativa de Brasil, China e Índia em relação ao núcleo orgânico

Países	1971	1975	1980	1985	1990	1995	2000
Brasil	12,04	16,68	15,71	11,66	13,81	16,12	11,57
China	2,85	2,60	1,61	2,19	1,44	2,23	3,23
Índia	2,83	2,30	2,23	2,22	1,69	1,41	1,55
Núcleo orgânico	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006).

Baseado nos dados apresentados acima, este trabalho parte da idéia central de que, apesar de todos os esforços dos países subdesenvolvidos, a distribuição mundial da

renda permaneceu desigual em praticamente todo o século XX²¹. Nesse período, a hierarquia geral da riqueza não se alterou, sendo que as nações mais ricas mantiveram seu status privilegiado em relação ao resto do mundo.

Esta desigualdade persistiu (e ainda persiste), apesar dos esforços desenvolvimentistas iniciados logo após a Segunda Guerra Mundial e durante as três décadas posteriores, período em que vigorou o Acordo de Bretton Woods. Este período foi marcado por uma forte reestruturação do capitalismo mundial, pelo menos como ele era conhecido até a Grande Depressão dos anos 1930. O *laissez-faire* e o livre mercado irrestritos, almejados pelos Países Centrais, haviam sido deixados de lado desde o *crash* de 1929. Durante estes 30 anos, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo mundial foi reformado até o ponto de ficar irreconhecível. O pleno emprego e a modernização de economias atrasadas (ou a reconstrução daquelas que estavam em ruínas) passaram a fazer parte da agenda de desenvolvimento. HOBBSAWM (1995: 268) descreve de forma sucinta esse período:

“Durante mais ou menos trinta anos houve consenso entre os pensadores e formuladores de decisões ‘ocidentais’, notadamente nos EUA, acerca do que outros países do lado não comunista podiam fazer (...). Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas (...). A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia de empresa privada precisava ser salva de si mesma para sobreviver”.

Durante essa “Era de Ouro” acreditava-se que a industrialização seria o caminho mais rápido para que os países periféricos atingissem os padrões de desenvolvimento e riqueza dos países centrais. Neste sentido, as nações subdesenvolvidas incorporaram elementos da estrutura social dos países centrais através da industrialização e da conseqüente urbanização, mas essa “modernização” não resultou em desenvolvimento econômico. Ao contrário, surgiram novos problemas a serem enfrentados: a migração em massa da mão-de-obra do campo para os novos centros industriais; a acomodação das reivindicações das novas forças sociais criadas pela modernização; a devastação do meio ambiente; etc. Vale lembrar que em grande parte destes países esses problemas tornaram-se crônicos, e continuam a assolar as sociedades subdesenvolvidas até o presente momento. Segundo ARRIGHI (1995: 86),

“Apesar de sucessos individuais, essas ações fracassaram na tentativa de promover distribuição mais equitativa de riqueza na economia capitalista mundial.

²¹ Chega-se a esta observação através dos dados aqui apresentados e dos dados apresentados em ARRIGHI (1995).

Pouquíssimos países conseguiram atrair parte da riqueza global, e muitos indivíduos conseguiram o mesmo resultado atravessando fronteiras. Mas essas conquistas de algumas nações e de muitos indivíduos não mudaram a hierarquia geral da riqueza. Ao contrário, depois de mais de trinta anos de todos os tipos de esforços de desenvolvimento, são hoje maiores do que nunca as diferenças que separam a renda do Leste e do Sul em relação ao Ocidente/Norte”.

O que pode ser observado a partir dos pontos apresentados acima é que a industrialização *per se* não é condição suficiente para promover o desenvolvimento, e muito menos para diminuir a desigualdade mundial na distribuição de renda. A industrialização, portanto, não deveria ser o objetivo último, mas apenas um meio para alcançar os padrões de riqueza e desenvolvimento dos países centrais. De acordo com DOS SANTOS (2000: 21), a idéia de que o atraso da periferia poderia ser explicado pela falta de industrialização (ou de modernização), e uma vez eliminados os seus entraves seria atingido o pleno desenvolvimento, vigorou até o início da década de 1960, quando então “*essas teorias perdem sua relevância e força em razão da incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que, em sua maioria, iniciavam o processo de sua independência a partir da Segunda Guerra Mundial*”.

Com o fim do acordo de Bretton Woods, na primeira metade da década de 1970, terminou também a “Era de Ouro” do capitalismo. Teve início a partir daí o surgimento da ideologia neoliberal, que na prática significou o início do desmonte do *Welfare State* (que teve o seu auge durante a “Era de ouro”) em alguns países centrais. O sentido maior das políticas neoliberais era conferir ao mercado a primazia da regulação econômica em detrimento ao Estado. De acordo com ALMEIDA FILHO & CORRÊA (2000: 3), as transformações econômicas e políticas mundiais ocorridas em meados da década de 1970 marcam o início de uma nova etapa do capitalismo, cuja “*marca distintiva é a do crescimento da integração dos mercados financeiros com ampla mobilidade de capitais e da concentração do comando da riqueza em um número reduzido de unidades de capital*”.

Para os países periféricos a onda neoliberal se traduziu basicamente em pressões para a adoção de políticas liberalizantes, como as aberturas comercial e financeira, privatizações, entre outras. Essas pressões, oriundas dos países centrais, eram exercidas principalmente através de órgãos multilaterais (sobretudo o Banco Mundial e FMI). A consolidação dessa agenda política para os países subdesenvolvidos ficou conhecida

como o Consenso de Washington²², e dominou boa parte das economias latino-americanas durante a década de 1990.

Assim como as tentativas de promover o desenvolvimento e a diminuição da desigualdade mundial através da industrialização, a agenda ortodoxa também falhou, agravando ainda mais a desigualdade mundial. Na verdade a aplicação das políticas neoliberais nas economias periféricas resultou em sucessivas crises cambiais e financeiras, e em baixas taxas de crescimento. De acordo com ALMEIDA FILHO (2003: 1),

*“Além da constatação dos resultados ‘inesperados’, parece cada vez mais claro que essas políticas econômicas consolidam práticas, regras e normas de operação de mercados e da regulação do Estado de difícil e custosa reversão, articulando de uma forma particular relações assimétricas dos diversos países e economias no âmbito do sistema capitalista internacional, nos termos que foram a base da discussão da **teoria da dependência** nos anos 1960 e 1970: consolida-se uma situação em que os desígnios da ‘economia mundial’ estão cada vez mais concentrados num conjunto muito pequeno de países”.*

Em outras palavras, a adoção de políticas neoliberais representou para muitos países periféricos uma perda de autonomia na gestão macroeconômica nacional, tornando cada vez mais difícil a implementação de uma agenda política que promova de fato o desenvolvimento e a redução das desigualdades econômicas mundiais. ALMEIDA FILHO & CÔRREA (2000: 8) destacam que

*“a configuração de uma situação de periferia implica que esta economia não apresenta graus de liberdade suficientes para uma gestão econômica minimamente independente. Esta economia pode apresentar momentos de melhoras nos indicadores mas, em momentos de instabilidade, a experiência histórica mostra que prevalecem os interesses centralizados do grande capital, mediados pela interferência dos Estados Nacionais dos países do **núcleo orgânico**”.*

Mais do que isso, as propostas do Consenso de Washington servem apenas para manter os países periféricos em seu estado de subdesenvolvimento; pois, os países atualmente desenvolvidos (ou centrais) apresentam um longo histórico de políticas de desenvolvimento intervencionistas e protecionistas (CHANG, 2004).

Os dados e os argumentos apresentados nesta seção mostram que ao longo de quase todo o século XX a distribuição mundial da renda foi extremamente desigual, e todas as tentativas de promover o desenvolvimento dos países periféricos, seja via industrialização ou através da implementação de políticas ortodoxas, se converteram em fracassos que acabaram trazendo novos problemas para estes países.

²² Para maiores detalhes sobre o Consenso de Washington ver BOUZAS & KEIFMAN (2004),

1.2 – A persistência da desigualdade no período 1989-2005

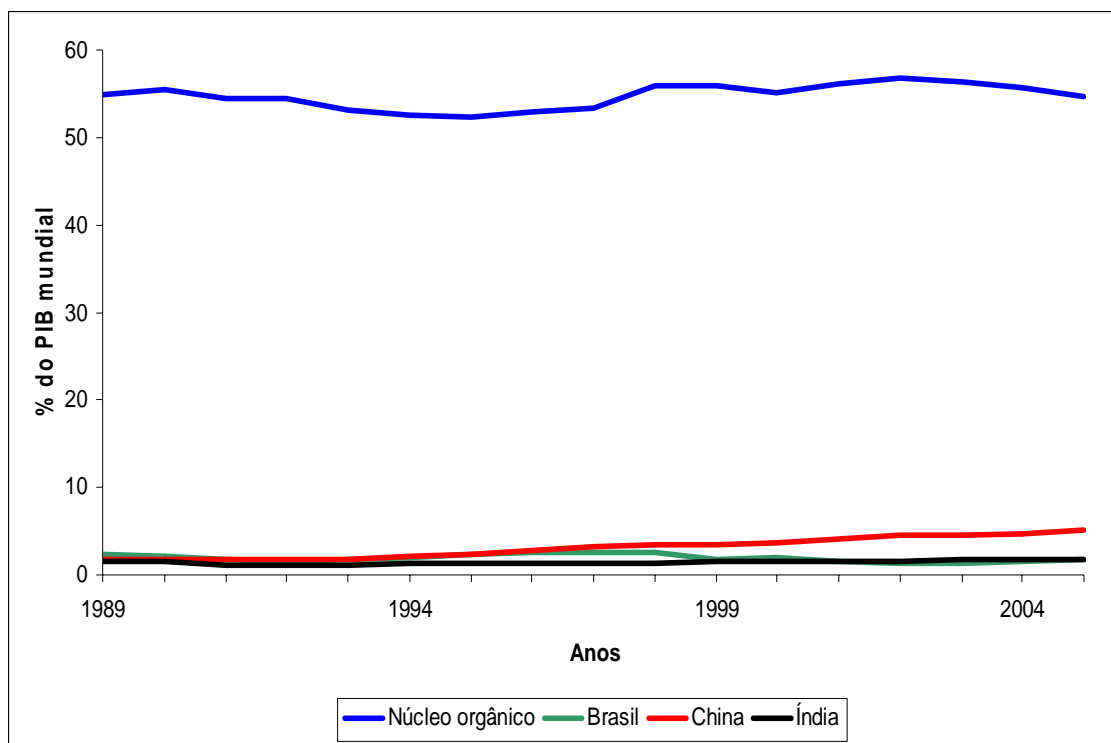
Nesta seção será tratada a desigualdade mundial na atualidade, mais especificamente para o período de 1989 a 2005, partindo do ponto onde ARRIGHI (1995) parou e chegando até o presente momento.

Retomando as comparações feitas na seção anterior, entre o núcleo orgânico e três países periféricos, o Gráfico 2 apresenta a evolução da participação dos PNB's de cada país ou agregado sobre o PIB mundial²³ para o período de 1989 a 2005. Embora seja quase impossível distinguir entre as linhas que representam as participações do Brasil e da Índia, fica clara a enorme disparidade entre o desempenho econômico do núcleo orgânico e dos demais países periféricos. Também chama a atenção o desempenho econômico da China a partir de 1994, mostrando uma forte ascensão e distanciamento do Brasil e da Índia até o presente momento. As diferenças entre os desempenhos econômicos entre Brasil, China, e Índia serão examinadas mais detalhadamente no capítulo 2. Apesar desta forte ascensão chinesa, seus números ainda são extremamente modestos quando comparados aos do núcleo orgânico.

FFRENCH-DAVIES (2006), OCAMPO (1998), e WILLIAMSON (2004b) e (2004c).

²³ O Gráfico 1 foi construído utilizando as mesmas séries das Tabelas 1 e 2. Ver notas de rodapé 4 e 5 na página 2.

Gráfico 2
Participação do PNB sobre o PIB mundial



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006).

Embora a série mais utilizada e recomendada para comparar o desempenho econômico de cada país seja o PIB, utilizamos o PNB para seguir a metodologia utilizada por ARRIGHI (1995), em que se baseia este capítulo. Ainda assim, a título de comparação, o Gráfico 3 mostra a evolução da participação do PIB de cada país ou agregado sobre o PIB mundial²⁴. Os dados apresentados mostram que há pouca diferença entre as séries, e assim como no Gráfico 2, a disparidade entre os países periféricos e o núcleo orgânico, e a ascensão do desempenho chinês são os pontos que mais chamam a atenção. Portanto, a situação de desigualdade mundial na distribuição de renda é evidente, independente da série utilizada.

²⁴ Aqui foram utilizadas as séries do PIB em dólares correntes (*GDP current US\$*) para todos os países. Os números do núcleo orgânico são uma soma dos PIB's dos 16 países.

Gráfico 3
Participação do PIB sobre a produção global

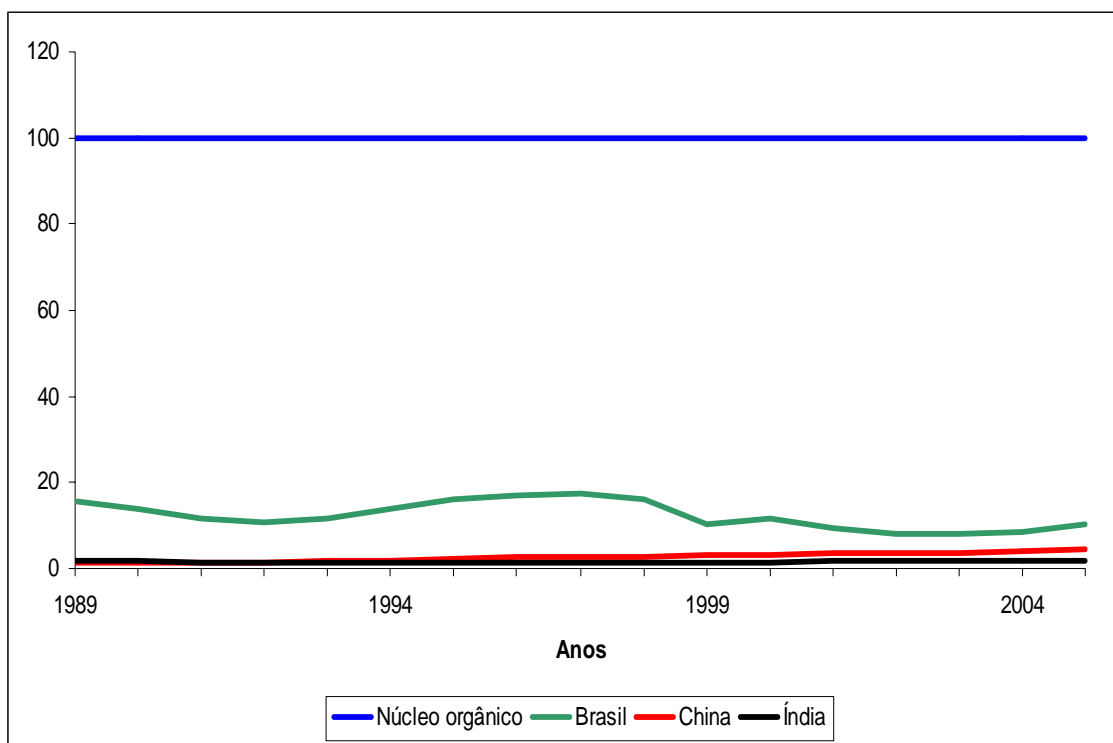


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006).

A seguir, o Gráfico 4 apresenta a evolução da performance econômica comparativa de Brasil, China, e Índia para o período 1989-2005. Conforme foi explicado na seção anterior, este indicador é um percentual do PNB per capita de cada país em relação ao PNB per capita do núcleo orgânico, e representa uma medida do comando econômico relativo de cada país. No gráfico 3 observa-se que a performance econômica comparativa do Brasil no período oscilou em torno 15%, apresentando um média de 12,4%. Já a China e a Índia apresentaram médias de 2,68% e 1,53%, respectivamente. Nota-se neste gráfico uma tendência de melhora desse índice para a China a partir de 1994, tendência que também foi observada nos Gráficos 2 e 3. Apesar disso, os indicadores permanecem muito aquém dos níveis do núcleo orgânico.

Gráfico 4

Performance econômica comparativa de Brasil, China e Índia (1989-2005)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006).

Considerando os dados apresentados nesta seção, conclui-se que o fenômeno da concentração mundial de riqueza em direção aos países do núcleo orgânico se mantém nestes primeiros anos do século XXI. A desigualdade mundial na distribuição de renda, que esteve presente em grande parte do século XX, continua agravando-se até o presente momento. Observa-se no início deste novo século a manutenção do panorama econômico e político internacional constatado por ARRIGHI (1995: 105) para o período 1938-1988: *“a regra para países de média e baixa rendas não tem sido igualar os padrões de riqueza ocidentais (...), tampouco de manter sua distância abaixo desses padrões (...). Em vez disso, a regra tem sido (a) a ampliação das diferenças entre regiões e Estados ricos e pobres e (b) a manutenção do status quo, com os países ricos mantendo suas riquezas e os pobres permanecendo na pobreza, sem qualquer mobilidade entre os dois grupos”*. Portanto, não se sustenta o argumento dos modelos neoclássicos de crescimento, que afirmam que no longo prazo as rendas dos países convergiriam para o mesmo nível.

Nota-se também uma tendência de melhora no desempenho econômico da China a partir de 1994 (embora os índices chineses ainda estejam muito distantes dos índices

apresentados pelo núcleo orgânico), justificando uma análise um pouco mais detalhada destas economias no período entre 1989 e 2005.

No próximo capítulo serão apresentados dados mais específicos sobre as economias do Brasil, da China, e da Índia, que permitam a identificação dos fatores ou das políticas que levaram a economia chinesa a apresentar melhores índices que os apresentados pelas economias brasileira e indiana.

2 – COMPARAÇÃO ENTRE AS ECONOMIAS BRASILEIRA, CHINESA, E INDIANA

2.1 – O desempenho econômico da China no período 1971-2003

No capítulo 1 foi demonstrada a desigualdade econômica entre os países centrais e os periféricos. As evidências históricas mostram a dificuldade destes últimos para atingir o nível de desenvolvimento econômico dos países centrais; contradizendo, dessa forma, a convergência de longo prazo prevista pelos modelos neoclássicos de crescimento.

Partindo do pressuposto da desigualdade mundial na distribuição de renda, no capítulo 2 o estudo foi focado na comparação entre três países periféricos: Brasil, China, e Índia; tendo como objetivo principal compreender a superioridade do desempenho econômico chinês.

Neste capítulo serão apresentadas algumas séries temporais com dados específicos sobre a economia de cada um dos três países periféricos em questão, como por exemplo, variação anual do PIB, pautas de exportação e de importação (manufaturas; produtos agrícolas e alimentos; combustíveis e minerais), formação bruta de capital fixo, grau de abertura comercial, exportações de produtos de alta tecnologia, fluxo internacional de capitais privados, e investimento direto estrangeiro. Através da comparação entre estas economias pretende-se identificar quais fatores contribuíram para o melhor desempenho econômico da China, quando comparado aos desempenhos do Brasil e da Índia, conforme foi mostrado no capítulo 1.

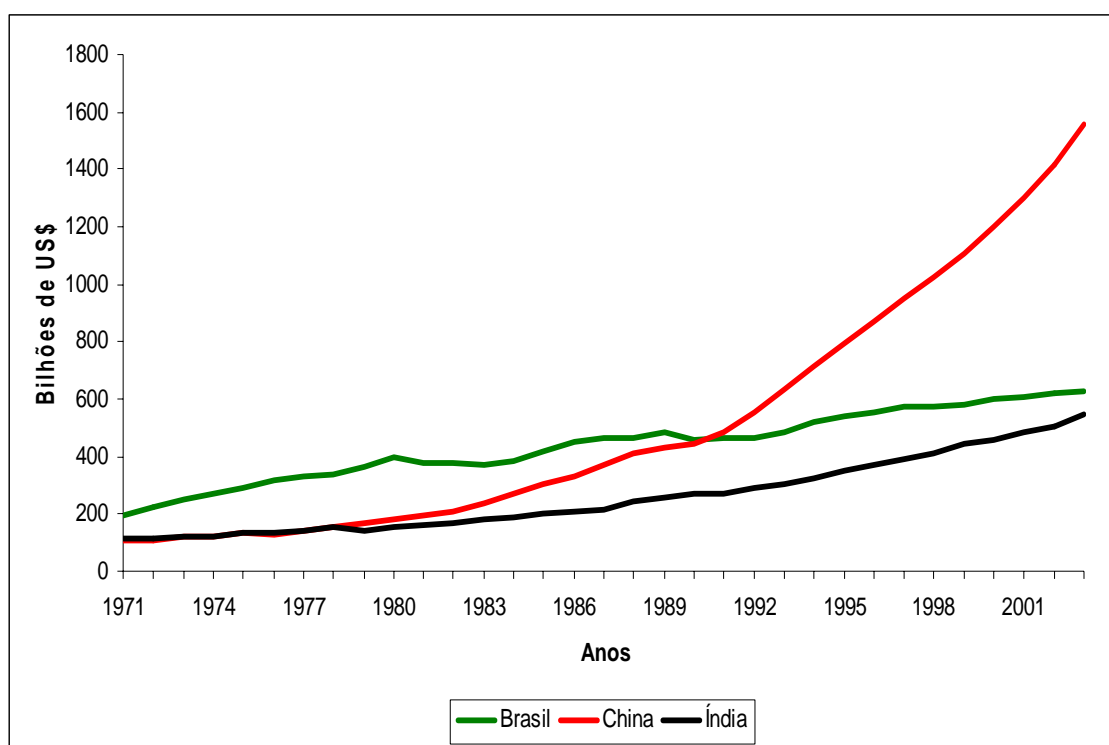
Paralelamente, pode-se observar também se essas economias comportam-se como prevêem os modelos neoclássicos de crescimento, ou seja, se os aumentos do investimento, do progresso tecnológico, da abertura comercial, etc, têm efeito sobre o crescimento do PIB.

O Gráfico 5, apresentado a seguir, reforça o argumento de que o desempenho econômico chinês foi superior àqueles apresentados pelas economias brasileira e indiana. Os dados apresentados neste gráfico mostram a evolução do PIB²⁵ entre os anos de 1971 a 2003, deixando bastante claro o salto dado pela economia chinesa. Em 1971 a China apresentava um PIB menor do que o indiano (107,1 e 116,5 bilhões de US\$,

²⁵ Aqui a série originalmente utilizada foi *GDP (constant 2000 US\$)*, ou seja, PIB em dólares de 2000; mas, esta foi posteriormente transformada de **milhões** para **bilhões** de US\$ para ser melhor visualizada.

respectivamente) e quase a metade do PIB brasileiro (195,7 bilhões de US\$). Em 1974 o PIB da China já ultrapassava o indiano, e em 1991 o brasileiro. No período de 1972 a 2003 o PIB chinês apresentou para a taxa de crescimento a invejável média de 8,79% ao ano, enquanto que Brasil e Índia apresentaram respectivamente 3,78% e 4,98%; a média do mundo como um todo para o mesmo período foi de 8,14%, e para o agregado do Núcleo orgânico foi de 2,81% (Tabela 5).

Gráfico 5
PIB (em bilhões de US\$) (1971-2003)



Nota: PIB em bilhões de dólares de 2000.

Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

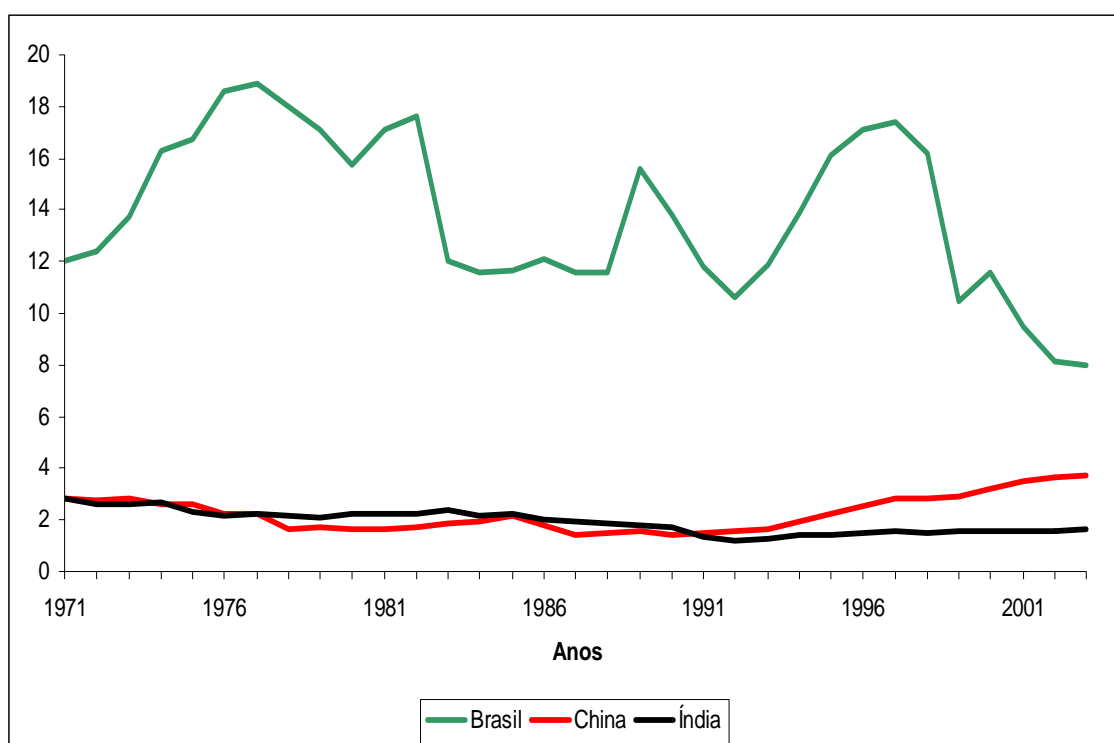
Os dados sobre a performance econômica comparativa apresentados no Gráfico 6 também confirmam a trajetória ascendente apresentada pela economia da China. Neste gráfico foram utilizadas as mesmas séries do gráfico 4 no capítulo 1, porém, aqui foram excluídos os dados sobre o núcleo orgânico e foi ampliado o horizonte de tempo partindo do ano de 1971, para obter uma melhor visualização.

Neste gráfico podemos observar a trajetória da performance econômica brasileira, ascendente durante boa parte da década de 1970, exatamente no período do milagre econômico; e daí em diante oscilando constantemente. A performance

econômica indiana, embora não tenha apresentado fortes movimentos ao longo do período 1971-2005, vem mostrando desde 1992 uma leve trajetória ascendente. Todavia, o fato que deve ser destacado neste gráfico é a trajetória chinesa, apresentando até aqui um crescimento forte e constante da performance econômica comparativa ao longo da década de 1990, movimento que prossegue nos primeiros anos do século XXI.

Gráfico 6

Performance econômica comparativa de Brasil, China e Índia (1971-2003)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006).

Vale lembrar que estes três países são bastante distintos entre si, tanto em termos populacionais quanto geográficos; e também que a simples evolução do PIB (assim como o PNB) não contempla quaisquer dados a respeito da distribuição de renda ou do crescimento populacional, e tampouco sobre o bem-estar das populações destes países. Mas apesar disso, em 1971 estas três economias não estavam muitos distantes entre si em termos quantitativos (pelo menos quando comparadas pelos seus respectivos PIB's), evidenciando o espetacular crescimento da economia chinesa. No caso da performance econômica comparativa, a China também mostra um visível avanço e, embora ainda não tenha ultrapassado o nível do Brasil como o fez no PIB, sua trajetória é de forte ascendência.

Tabela 5
Média das taxas de crescimento do PIB (%)

Períodos/ Países	Brasil	China	Índia	Núcleo orgânico	Mundo
1972-2003	3,78	8,79	4,98	2,81	8,14
1989-2003	1,99	9,32	5,64	2,64	4,74

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006).

Na próxima seção deste capítulo será feita uma comparação mais detalhada entre as economias de Brasil, China, e Índia; com o objetivo de entender melhor porque o desempenho econômico chinês foi superior aos dos demais países.

2.2 – Comparação entre as economias de Brasil, China, e Índia no período 1989-2003

Nesta seção aprofundamos a comparação entre os três países periféricos apresentando dados mais específicos a respeito de suas economias, começando pela variação anual dos seus PIB's, apresentada no Gráfico 7²⁶.

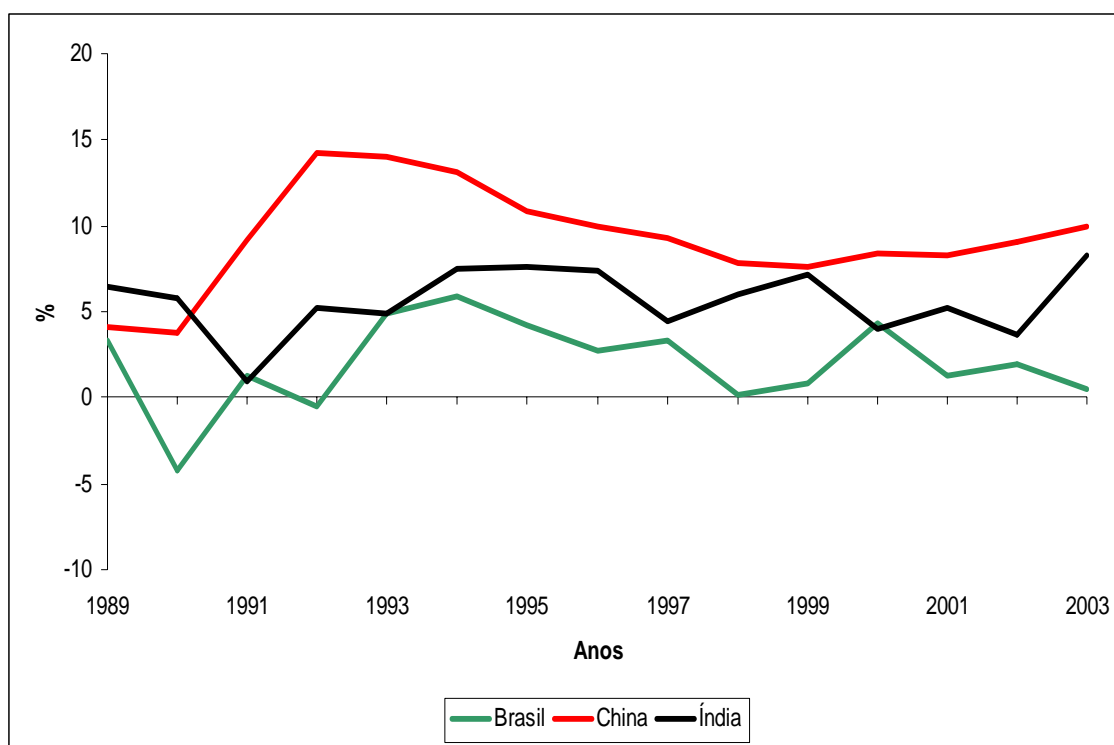
Neste gráfico podemos observar que o país cujo PIB apresentou menores taxas de crescimento no período 1989-2003 foi o Brasil. Além disso, a trajetória da taxa de crescimento deste país foi marcada por fortes oscilações até a metade da década de 1990, daí em diante apresentando baixos valores, salvo o ano 2000 quando atingiu 4,36%; a média para o período foi de 1,99%. Durante a maior parte deste período o PIB brasileiro apresentou taxas de crescimento muito pequenas (em geral abaixo de 2%), em alguns momentos até mesmo negativas (- 4,3% em 1990). Apenas entre 1993 e 1995 e no ano 2000 a taxa de crescimento do PIB ultrapassou o patamar de 4%, com o valor máximo de 5,9% em 1994.

A Índia, por outro lado, apresentou taxas de crescimento do PIB acima do patamar de 5% em quase todo o período, sendo que os menores valores ocorreram nos anos de 1991 (0,91%) e de 2002 (3,63%). Em vários momentos o PIB indiano cresceu acima dos 7% (entre 1994 e 1996, por exemplo), e a média do período 1989-2003 foi de 5,64%. Em 2004 e 2005 a taxa de crescimento do PIB atingiu 8,53%, segundo maior valor para o período 1972-2005, perdendo apenas para o ano de 1988 (9,86%).

²⁶ As taxas de crescimento do PIB foram calculadas a partir da série *GDP Constant 2000 US\$*.

A China apresentou fortes taxas de crescimento em todo o período 1989-2003, freqüentemente acima do patamar de 9%. As poucas exceções foram os anos de 1998 a 2001 (embora abaixo de 9%, variaram entre 7,8 e 8,3; um valor consideravelmente alto quando comparado ao resto do mundo) e 1989-90 (4,10 e 3,8% respectivamente). Entre 1992 e 1996 o PIB chinês cresceu acima dos 10%, atingindo em 1992 o maior valor de todo o período: 14,2% (este ano perde apenas para 1984, quando o PIB chinês cresceu 15,2%, o maior valor para o período 1972-2003). A média para os anos 1989-2003 foi de 9,32%.

Gráfico 7
Varição anual do PIB (%) (1989-2003)



Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

A seguir, o Gráfico 8 apresenta a formação bruta de capital fixo como uma porcentagem do PIB²⁷ para os três países. Pode-se utilizar esta série como representativa

²⁷ A série utilizada aqui foi *Gross fixed capital formation (% of GDP)*, cuja definição no WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) é: “*Gross fixed capital formation (formerly gross domestic fixed investment) includes land improvements (fences, ditches, drains, and so on); plant, machinery, and equipment purchases; and the construction of roads, railways, and the like, including schools, offices, hospitals, private residential dwellings, and commercial and industrial buildings. According to the 1993 SNA, net acquisitions of valuables are also considered capital formation*”.

para o investimento²⁸ destas economias no período em questão; é a variação no estoque de capital físico, considerada pelos modelos neoclássicos de crescimento como um dos determinantes do crescimento econômico de um país.

As formações brutas de capital fixo para a Índia e o Brasil estiveram bastante próximas em quase todo o período, variando entre 20 e 24% dos seus PIB's, sem apresentar grandes variações. Entretanto, o Brasil vem apresentando desde 1999 uma trajetória descendente do investimento, caindo para abaixo de 19% em 2003. A Índia, por outro lado, tem aumentado seu investimento desde 2000, alcançando quase 25% em 2003. A média para o período 1989-2003 foi de 21,53% para o Brasil, e de 22,73% para a Índia.

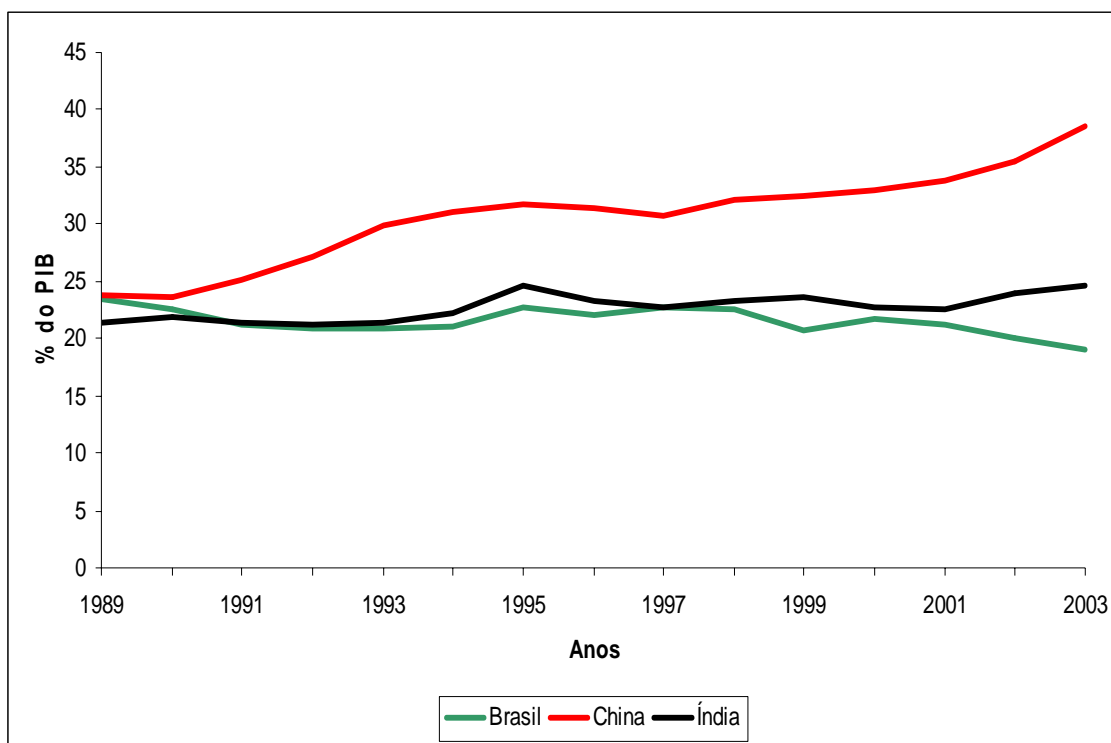
Já a China apresentou um forte crescimento do seu investimento em todo o período, como pode ser observado pelo gráfico. Em 1989 o investimento chinês representava menos de 24% do seu PIB, em 2003 esse número já alcançava 38,54%. Considerando o forte crescimento do PIB chinês no mesmo período, dá para ter uma idéia do volume de investimentos que a China vem efetuando em sua economia, que em 2003 atingiu a cifra de US\$ 600 bilhões. Isto significa que a formação bruta de capital fixo na China em 2003 foi maior do que o PIB da Índia e quase o PIB do Brasil. Em 2005 este número ultrapassou o valor de US\$ 770 bilhões (41,06% do PIB), bem maior do que o PIB brasileiro no mesmo ano (US\$ 670 bilhões). A média da formação bruta de capital fixo no período 1989-2003 foi de 30,65% do PIB.

Podemos observar, portanto, uma relação positiva entre a variação do PIB e o aumento da acumulação de capital físico (conforme prevêm os modelos neoclássicos), já que os países que apresentaram as maiores taxas de crescimento do PIB (gráfico 7) foram justamente aqueles com as maiores taxas de formação bruta de capital fixo (China e Índia), ao contrário do Brasil.

²⁸ A formação bruta de capital fixo (% do PIB) também foi utilizada como *proxy* para a variável investimento em ANDRADE (2006).

Gráfico 8

Formação bruta de capital fixo (% do PIB) (1989-2003)



Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

O gráfico 9 mostra o investimento direto estrangeiro (IDE) como uma porcentagem do PIB²⁹ entre 1989 e 2003. De acordo com o modelo neoclássico, esta variável também contribuiria para a transferência de tecnologia, sendo que o IDE seria atraído por países cujas instituições favoreçam a produção, cujas economias sejam abertas ao comércio internacional, e que possuam instituições estáveis (JONES, 2000: 122). Além disso, a abertura ao investimento direto estrangeiro é uma das medidas recomendadas pelo Consenso de Washington³⁰ para o desenvolvimento econômico dos países periféricos.

O IDE no Brasil teve um forte aumento em toda a década de 1990, subindo de 0,24% em 1989 para 5,45% do PIB em 2000. Daí em diante o IDE caiu, atingindo 2% em 2003. A média do IDE no Brasil no período foi de 2,10%.

²⁹ No WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) esta série aparece como “*Foreign direct investment, net inflows (% of GDP)*”, cuja definição é: “*Foreign direct investment are the net inflows of investment to acquire a lasting management interest (10 percent or more of voting stock) in an enterprise operating in an economy other than that of the investor. It is the sum of equity capital, reinvestment of earnings, other long-term capital, and short-term capital as shown in the balance of payments. This series shows net inflows in the reporting economy and is divided by GDP*”.

³⁰ WILLIAMSON (2004b) e (2004c).

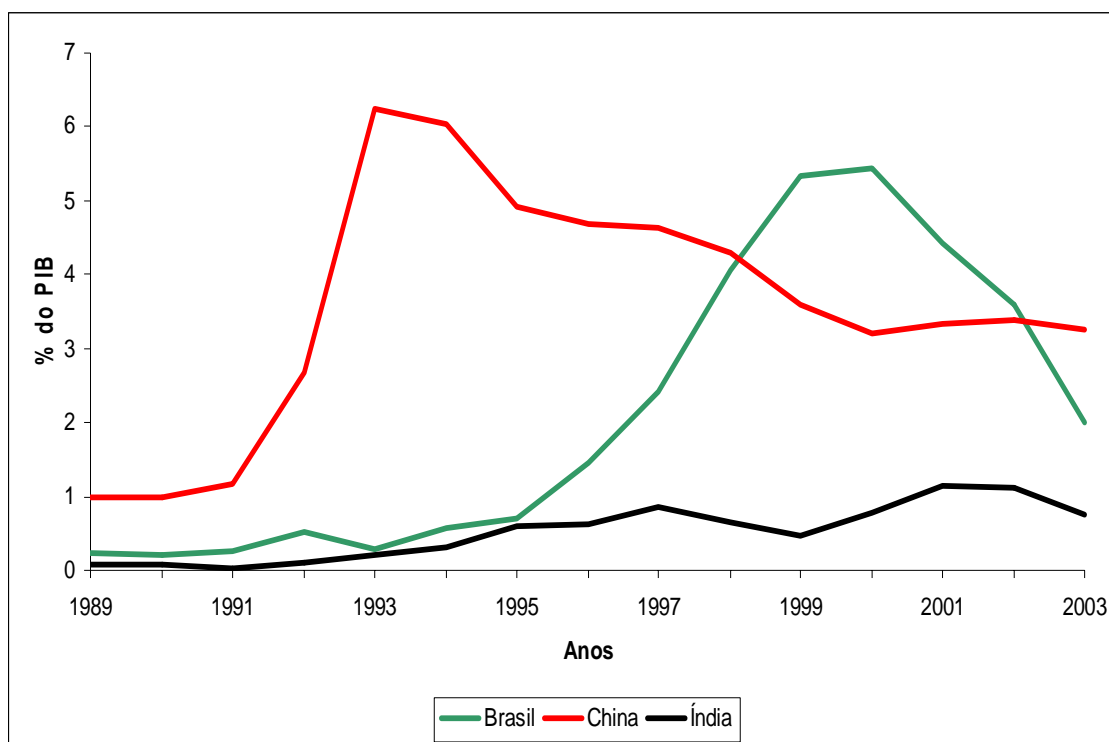
Quanto ao IDE na Índia, observa-se um aumento considerável em todo o período, passando de 0,09% em 1989 para 1,11% do PIB em 2002; as exceções ocorreram nos anos de 1999 (caindo para 0,49%) e 2003 (0,76%).

O IDE na China teve um forte crescimento no início da década de 1990, passando de 1% em 1990 para 6,25% do PIB em 1993. A partir daí o IDE sofre sucessivas quedas até atingir 3,20% em 2000; o patamar de 3% se manteve até 2003. A média do IDE na China para o período 1989-2003 foi de 3,56% do PIB.

Mais adiante, quando forem apresentados os dados a respeito das exportações de produtos de alta tecnologia, será possível observar se o IDE tem alguma relação com a transferência de tecnologia para os países periféricos, como nos modelos neoclássicos de crescimento.

Gráfico 9

Investimento direto estrangeiro (% do PIB) (1989-2003)



Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

O gráfico 10 apresenta o fluxo de capitais privados como porcentagem do PIB³¹ de Brasil, China, e Índia entre 1989 e 2003. O fluxo de capitais nestes países apresentou

³¹ No WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) esta série aparece como *Gross private capital flows (% of GDP)*, e sua definição é: “*Gross private capital flows (% of GDP): Gross private capital flows are the sum of the absolute values of direct, portfolio, and other investment inflows and outflows recorded in the balance of payments financial account, excluding changes in the assets and liabilities of*

fortes oscilações em todo o período, tornando difícil identificar uma trajetória clara. Como esta variável é bastante vulnerável às instabilidades do mercado financeiro internacional, estas oscilações provavelmente se devem às sucessivas crises financeiras internacionais ocorridas durante a década de 1990³².

Gráfico 10
Fluxo de capitais privados (% do PIB) (1989-2003)



Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

Embora os três países apresentem fortes oscilações nos seus fluxos de capitais privados, é importante destacar que a Índia situa-se num patamar bem mais baixo que Brasil e China; a média indiana foi de 3,67% (menos da metade das médias dos outros dois países). Outro fato a ser destacado é que o fluxo de capitais (% do PIB) para o Brasil foi mais alto que os índices chineses na maior parte do período 1989-2003 (exceto nos anos 1992-93, 1995, 1997, 2000, e 2003), o que indica que esta variável, embora importante, provavelmente não seja determinante do desempenho econômico

monetary authorities and general government. The indicator is calculated as a ratio to GDP in U.S. dollars”. Ou seja, o fluxo de capitais privados é a soma dos valores absolutos dos investimentos diretos, de portfólio, e outros, registrados no balanço de pagamentos.

³² Informações sobre essas crises podem ser encontradas em CARNEIRO (2002), CARCANHOLO (2002) e (2004), e NAKATANI (2002).

superior da China. Em geral, esse fluxo inclui capitais de curto prazo que não são direcionados para o investimento direto e, portanto, não teriam tanto impacto positivo sobre o crescimento do PIB.

No Gráfico 11 está apresentada a evolução do grau de abertura comercial entre 1989 e 2003. Este índice é calculado através da soma das exportações e importações de um país, dividido por seu PIB, e o resultado é obtido como uma porcentagem³³. Assim como a abertura ao IDE, o grau de abertura ao comércio internacional também teria uma relação positiva com crescimento, segundo o modelo neoclássico; e também é um dos itens da agenda do Consenso de Washington.

O grau de abertura comercial não fornece qualquer dado a respeito da maneira como a economia está sendo aberta ao comércio internacional. Por exemplo, o coeficiente poderia aumentar devido a um crescimento das importações enquanto as exportações se mantivessem inalteradas; ou então a economia poderia ser aberta sem que as indústrias nacionais estivessem devidamente preparadas para enfrentar a competição internacional. Portanto, o grau de abertura comercial deve ser analisado com ressalvas.

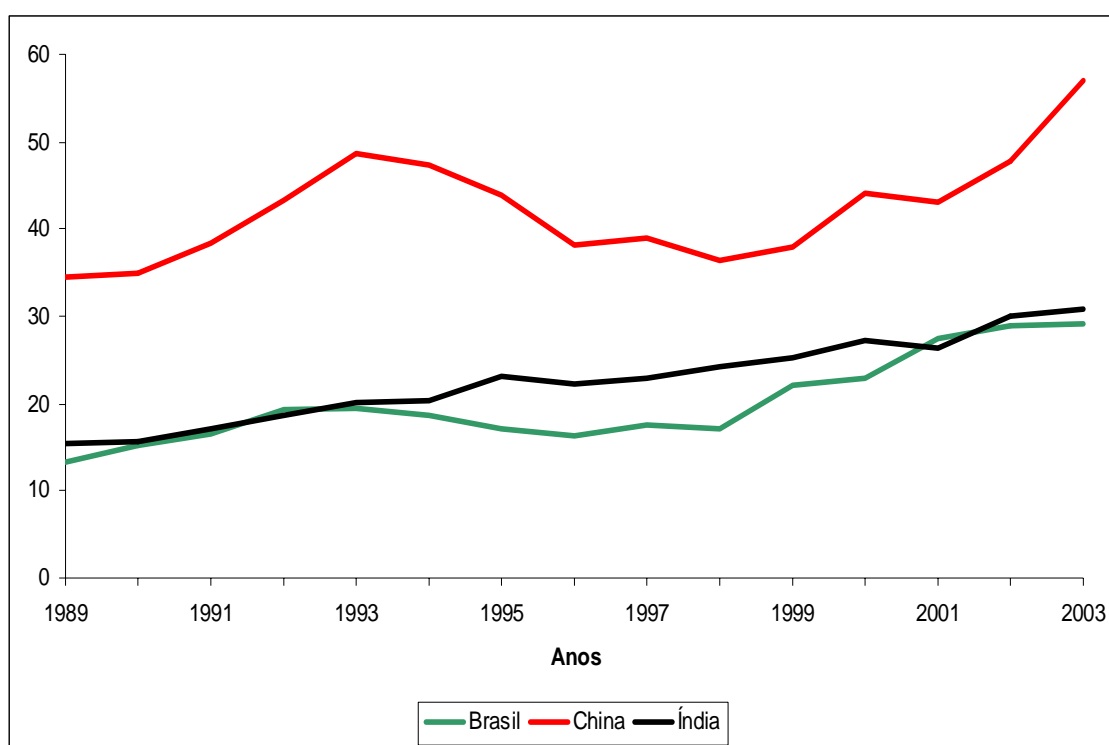
No período em questão, tanto a Índia quanto o Brasil apresentaram valores muito próximos para o grau de abertura, variando entre 13 e 15% em 1989 e alcançando entre 29 e 30% em 2003. Ambas economias mostram trajetórias ascendentes, com tendência de crescimento deste índice. O coeficiente de abertura da economia indiana apresenta uma trajetória mais homogênea que a brasileira, sendo que esta última sofreu uma queda entre 1993 e 1998. Entre 1989 e 2003 a média do grau de abertura para a Índia foi de 22,66% e para o Brasil foi de 20,09%.

O grau de abertura da economia chinesa mostrou no mesmo período valores muito elevados, quando comparados ao Brasil e à Índia. Em 1989 este coeficiente era de 34,42% crescendo até 1993 quando atingiu 48,68%; a partir daí até 1998 apresentou um forte queda, chegando a 36,39%. De 1999 em diante, o grau de abertura da economia chinesa apresenta um forte crescimento, alcançando 56,91% em 2003. A média do período 1989-2003 foi 42,27%, muito próxima aos valores apresentados pelo Núcleo orgânico e pela média mundial (Tabela 6).

³³ No WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) esta série aparece como *Trade (% of GDP)*. A sua definição é a mesma do grau de abertura comercial: “*Trade is the sum of exports and imports of goods and services measured as a share of gross domestic product*”; ou seja, a série é a soma das exportações e importações de bens e serviços medida como uma participação no PIB.

Nos gráficos 7 e 11, pode-se observar de fato uma relação positiva entre o grau de abertura e o crescimento do PIB, já que a China apresenta valores bem acima daqueles apresentados por Brasil e Índia. Porém, é preciso fazer uma ressalva: a simples análise destes dados não permite avaliar como a abertura comercial foi realizada. Em outras palavras, não é possível saber se o que a China de fato implementou foi o comércio internacional ou o *livre comércio* (nos moldes do Consenso de Washington). No próximo capítulo essa questão será abordada com mais detalhes.

Gráfico 11
Grau de abertura comercial (1989-2003)



Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

Tabela 6
Média do Grau de abertura comercial (%) (1989-2003)

Períodos/ Países	Brasil	China	Índia	Núcleo orgânico	Mundo
1989-2003	20,09	42,27	22,66	40,46	42,87

Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

Continuando com a análise do comércio exterior, serão analisadas agora as pautas de exportação e importação de cada país. Os dados apresentados a seguir

referem-se ao total de mercadorias exportadas ou importadas, divididas em três grupos³⁴: produtos agrícolas e alimentos; combustíveis, minérios, e metais; e manufaturados. Vale lembrar que os bens manufaturados são de maior valor agregado quando comparados aos demais grupos, cujos bens são geralmente mais intensivos em recursos naturais³⁵.

Os gráficos 12 e 13 apresentados abaixo, mostram a evolução do comércio exterior do Brasil entre 1989 e 2003. Aqui pode ser observada a evolução das pautas de exportação e importação ao longo do período. As exportações de combustíveis, minérios, e metais³⁶ variaram entre 10 e 15%, sofrendo poucas alterações. O valor mais baixo foi de 9,97% em 1997 e o mais alto foi de 15,72% em 1990 e 1991; a média do período foi de 12,43%.

As exportações brasileiras de produtos agrícolas e alimentos³⁷ e de manufaturados também sofreram poucas oscilações no período 1989-2003. A primeira variou entre 28 e 34%, cujo menor valor foi de 28,07% em 2000, A partir desse ano os produtos agrícolas e alimentos vêm aumentando sua participação nas exportações, totalizando 33,19% em 2003; a média do período foi de 31,63%. As exportações de manufaturados³⁸ oscilaram entre 52 e 58%, cujos picos foram em 1993 e em 2000; depois desse ano a trajetória é de queda, atingindo 51,76% em 2003.

³⁴ Originalmente os grupos são divididos em 5 séries temporais diferentes, que foram agrupadas nestas 3 séries para facilitar a análise. No WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) estes 5 grupos são: *Agricultural raw materials*; *Food*; *Fuel*; *Ores and metals*; e *Manufactures*. Todos estes grupos de bens são apresentados como uma porcentagem das mercadorias exportadas ou importadas.

³⁵ MOREIRA (1999) apresenta uma divisão de bens em 4 grupos, de acordo com o fator de produção em que cada um é intensivo: mão-de-obra, tecnologia, capital, e recursos naturais. A partir da descrição de cada grupo pode-se afirmar que “produtos agrícolas e alimentos” e “combustíveis, minérios, e metais” são intensivos em recursos naturais. Os dados a respeito dos bens manufaturados (obtidos em World Development Indicators) não possibilitam dividi-los em grupos de acordo com os fatores em que são intensivos. Portanto, assume-se a premissa de que todos os grupos de manufaturados (sejam intensivos em mão-de-obra, capital, ou tecnologia) estão reunidos nesta série.

³⁶ De acordo com WORLD DEVELOPMENT (2006) combustíveis são: “*Fuels comprise the commodities in SITC section 3 (mineral fuels)*”. Minérios e metais são: “*Ores and metals imports (% of merchandise imports): Ores and metals comprise commodities in SITC sections 27 (crude fertilizer, minerals nes); 28 (metalliferous ores, scrap); and 68 (non-ferrous metals)*”.

³⁷ Produtos agrícolas são: “*Agricultural raw materials imports (% of merchandise imports): Agricultural raw materials comprise SITC section 2 (crude materials except fuels) excluding divisions 22, 27 (crude fertilizers and minerals excluding coal, petroleum, and precious stones), and 28 (metalliferous ores and scrap)*”. Alimentos são: “*Food comprises the commodities in SITC sections 0 (food and live animals), 1 (beverages and tobacco), and 4 (animal and vegetable oils and fats) and SITC division 22 (oil seeds, oil nuts, and oil kernels)*” (WORLD DEVELOPMENT INDICATORS, 2006).

³⁸ De acordo com WORLD DEVELOPMENT (2006) bens manufaturados são: “*Manufactures comprise the commodities in SITC sections 5 (chemicals), 6 (basic manufactures), 7 (machinery and transport equipment), and 8 (miscellaneous manufactured goods), excluding division 68 (nonferrous metals)*”.

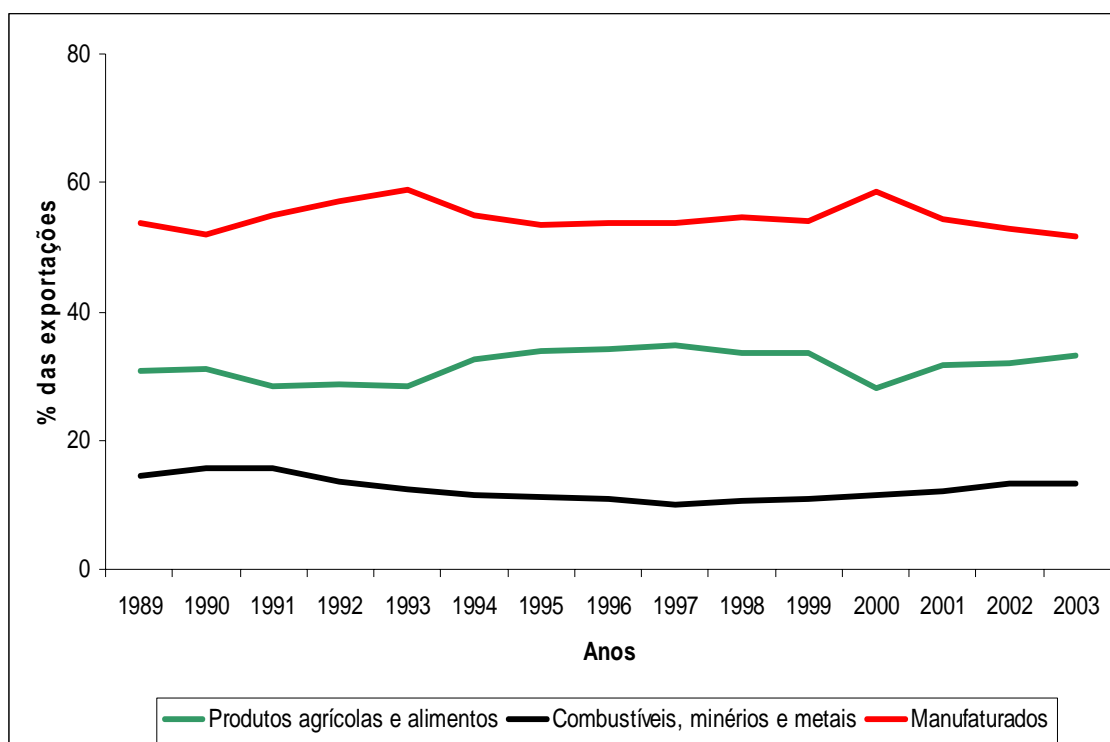
As importações brasileiras de produtos agrícolas e alimentos se mantiveram praticamente inalteradas até 1996, variando entre 11 e 14%. A partir de 1997, a participação destes bens na pauta de importações do Brasil sofre sucessivas quedas, atingindo 8,89% em 2003 e 6% em 2004. A média do período 1989-2003 foi de 11,56%.

A participação dos combustíveis, minérios, e metais nas importações entre 1989 e 1998, caindo de 31,89 para 11,92%. De 1999 em diante estes valores vêm aumentando, passando de 14,32 para 19,15% em 2003; em 2004 alcançou quase 23%. A média do período foi de 20,49%.

Quanto aos bens manufaturados, a sua participação nas importações brasileiras mostrou grandes alterações, sendo a variação que mais chamou atenção nas importações (como pode ser nitidamente observado no gráfico 13). Em todo o período a trajetória foi de forte crescimento, passando de menos de 55% em 1989 para quase 72% em 2003; o pico foi de 76,30% em 1998. Em média, a participação dos bens manufaturados no período foi de 67,90%.

Gráfico 12

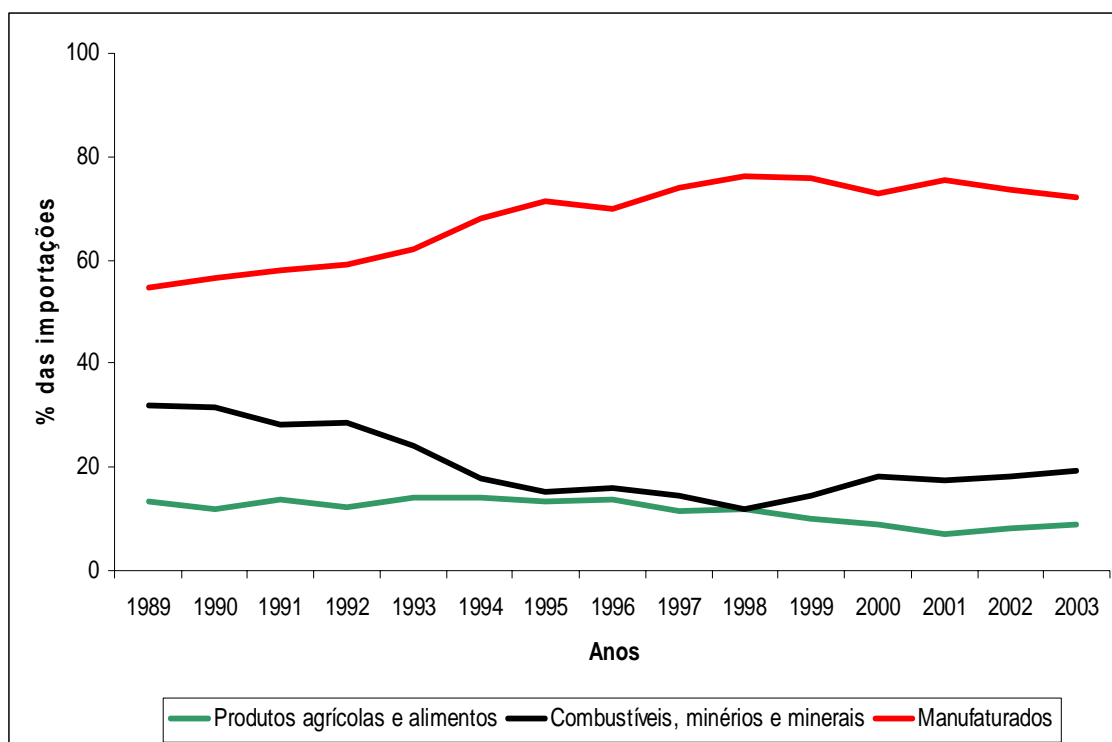
Participação na pauta de exportações do Brasil (1989-2003)



Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

Pode-se dizer a respeito do comércio exterior brasileiro no período 1989-2003, ao analisar os gráficos 12 e 13, que desde o ano 2000 as exportações de produtos agrícolas e alimentos (em geral, bens primários de baixo valor agregado) vêm aumentando e o contrário está ocorrendo com os bens manufaturados. Quanto às importações, os produtos agrícolas e alimentos vêm caindo desde 1997, enquanto que os combustíveis, minérios, e metais vêm aumentando desde 1999; a maior alteração pôde ser observada nas importações de bens manufaturados. Portanto, o Brasil está aumentando suas exportações de bens de baixo valor agregado (reprimarização da pauta de exportações) e aumentando suas importações de bens de maior valor agregado.

Gráfico 13
Participação na pauta de importações do Brasil (1989-2003)



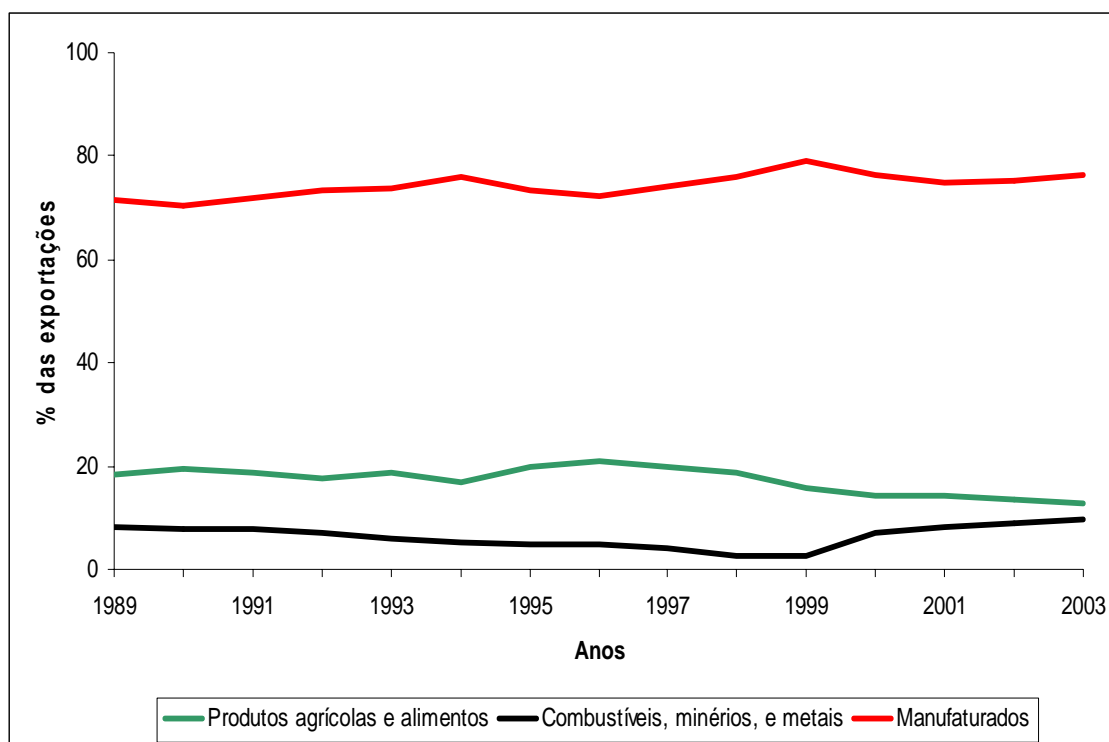
Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

Nos gráficos 14 e 15 estão apresentadas respectivamente as pautas de exportação e de importação da Índia. As exportações indianas de produtos agrícolas e alimentos foram relativamente estáveis até 1998, variando entre 17 e 21%. A partir de 1999 esse grupo sofre fortes quedas, atingindo 12,58% em 2003 e 10,75% em 2004; a média entre 1989 e 2003 foi de 17,31%.

As exportações indianas de combustíveis, minérios, e metais caíram entre 1989 e 1999 de 8,21 para 2,70%. Em 2000 esse grupo volta a crescer, alcançando quase 10% em 2003 e mais de 15% em 2004. A média da participação dos combustíveis, minérios, e metais nas exportações indianas do período 1989-2003 foi de 6,38%.

Quanto às exportações indianas de manufaturados, observa-se uma trajetória de crescimento, embora lento, ao longo do período; passando de 71,60% em 1989 para 76,51% em 2003. O pico foi em 1999, quando os bens manufaturados foram responsáveis por quase 80% da pauta de exportações da Índia. A média do período 1989-2003 foi de 74,38%.

Gráfico 14
Participação na pauta de exportações da Índia (1989-2003)



Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

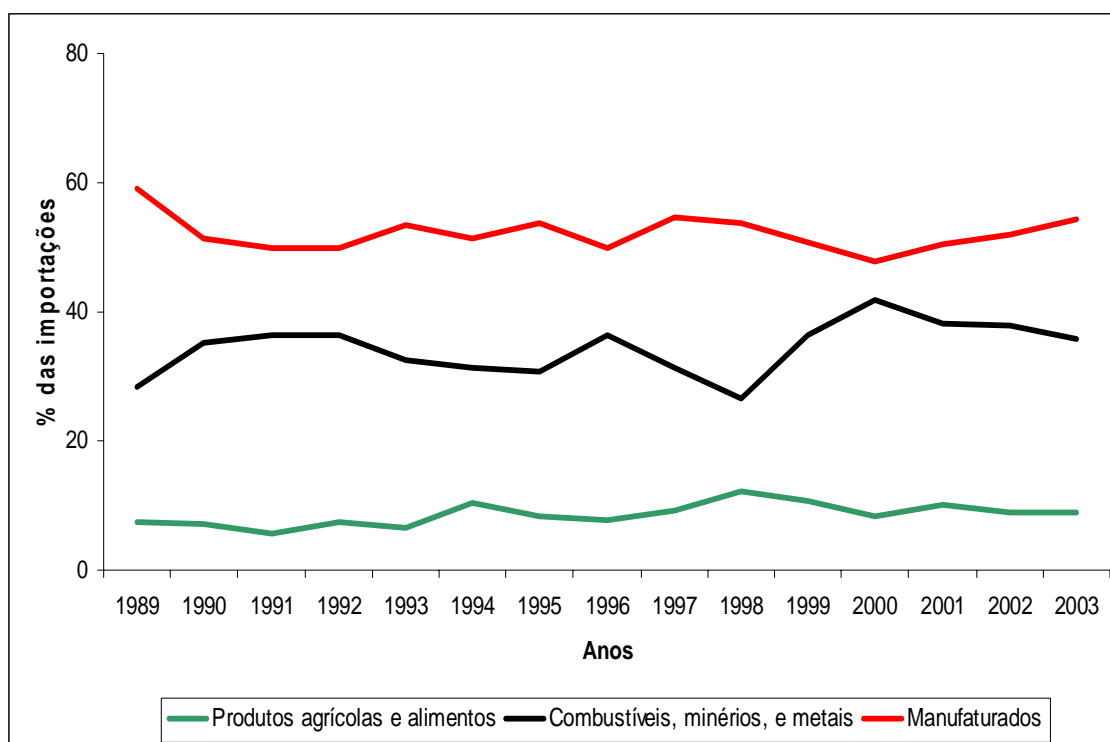
No gráfico 15, observa-se que as importações indianas de produtos agrícolas e alimentos, sofreram poucas oscilações no período. A trajetória é de leve ascendência, passando de 7% em 1989 para 9% em 2003. Em 1998 este grupo atingiu seu pico, de 12,22%. A média da participação dos produtos agrícolas e alimentos nas importações indianas foi de 8,64%.

As importações indianas de combustíveis, minérios, e metais, por outro lado, mostraram fortes oscilações entre 1989 e 2003, sendo impossível identificar uma tendência geral para o comportamento deste grupo. A participação deste grupo nas importações oscilou entre 30 e 40%, cujo maior valor foi em 2000 (quase 42%) e o menor valor foi em 1989 (28%). Desde 2000 esses valores vêm se mantendo entre 38 e 40%, e a média do período foi de 34,37%.

Também apresentou fortes oscilações a participação dos bens manufaturados nas importações da Índia. Seu valor mais alto ocorreu em 1989, quando alcançou quase 60% da pauta de importações; e o menor valor foi em 2000, com 48%. A partir de 2000 esse grupo mantém uma tendência de crescimento, mantendo-se entre 52 e 54%. A média do período 1989-2003 foi de 52,15%.

Gráfico 15

Participação na pauta de importações da Índia (1989-2003)



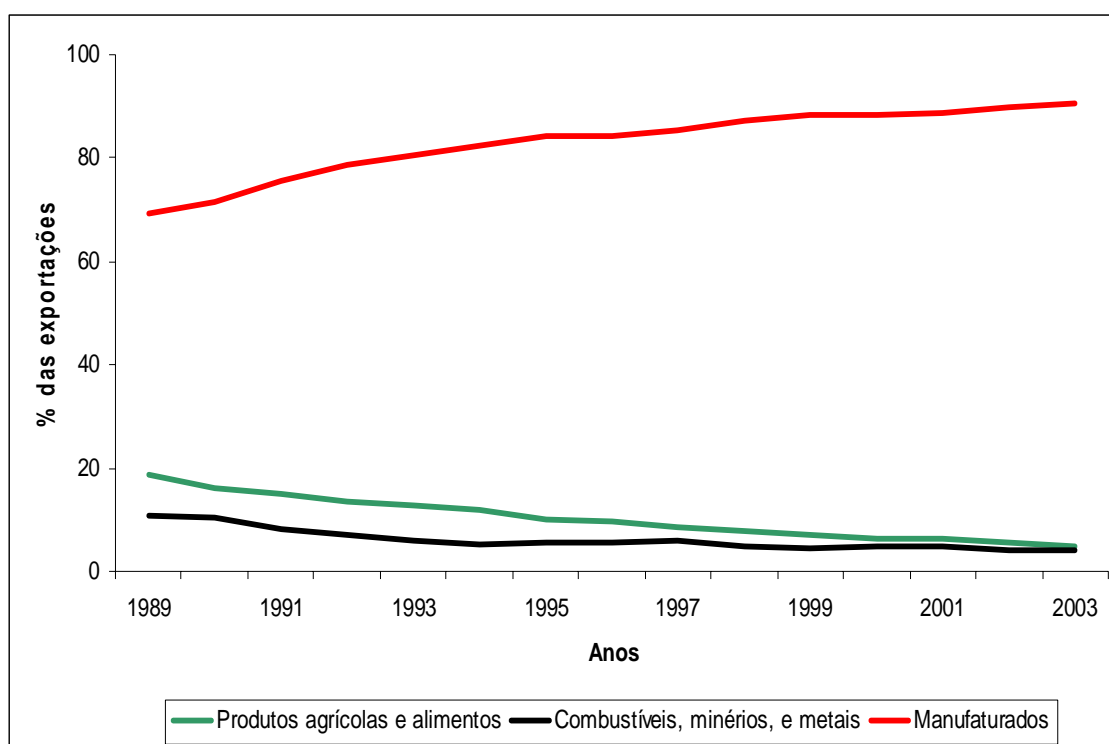
Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

Os gráficos 14 e 15 não mostram uma tendência clara a respeito do comércio exterior indiano. Apesar disso, pode-se dizer que nos últimos anos a Índia tem aumentado lentamente suas exportações de bens manufaturados e diminuído suas exportações de produtos agrícolas e alimentos.

O comércio exterior da China está apresentado nos gráficos 16 e 17. Aqui se pode observar uma forte e constante queda nas exportações de produtos agrícolas e alimentos ao longo do período 1989-2003 passando de 19 para 5% da pauta de exportações chinesa, e atingindo 4% em 2004. A média das participações deste grupo foi de 10,36% no período.

Quanto às exportações de combustíveis, minérios, e metais, observa-se também uma queda constante desde 1989 até 2001, caindo de 10,69 para 4,97%. Em 2002 e 2003 este grupo manteve sua participação na pauta de exportações chinesa em torno de 4%. A média destes valores entre 1989 e 2003 foi de 6,18%.

Gráfico 16
Participação na pauta de exportações da China (1989-2003)



Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

Por outro lado, as exportações chinesas de bens manufaturados tiveram um forte e constante aumento no período, passando de 69,44% em 1989 para 90,57% em 2003; em 2004 o valor chegou a 91,38%. A média da participação dos bens manufaturados nas exportações da China foi de 83%.

A pauta de importações da China está apresentada no gráfico 17. Observa-se uma queda na participação dos produtos agrícolas e alimentos entre 1989 e 2003, caindo

de 16,34 para 7,37%; esta queda foi interrompida apenas nos anos 1994-97. A média do período foi de 10%.

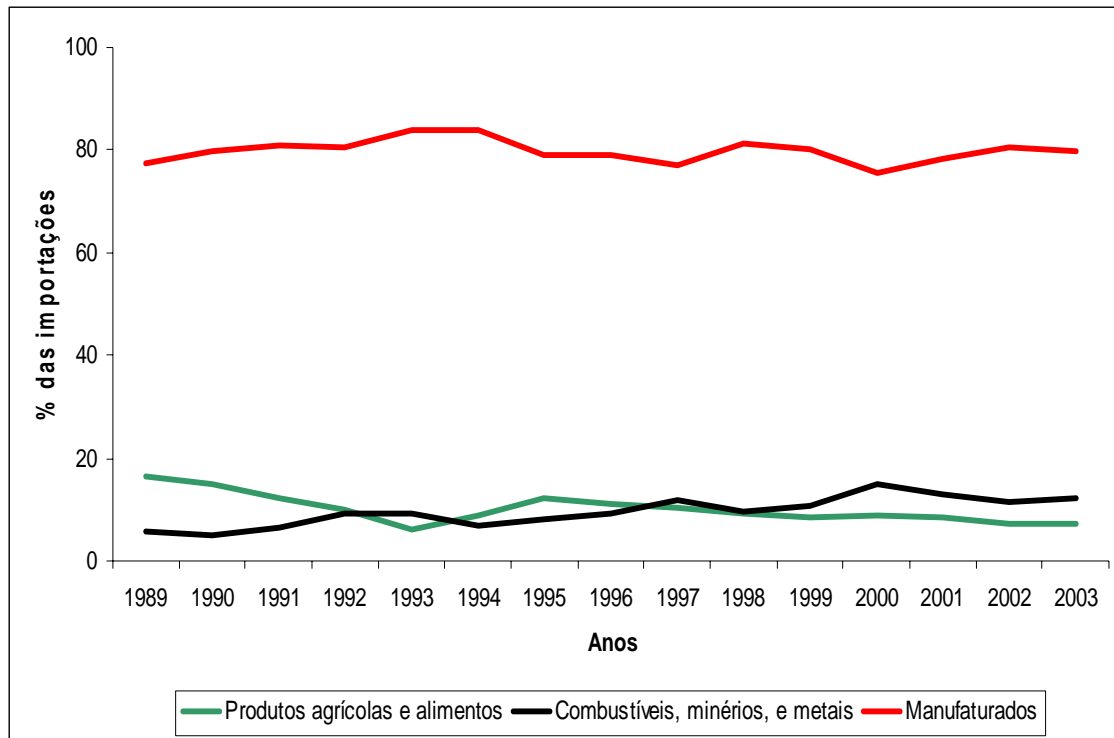
Observa-se também um aumento nas importações chinesas de combustíveis, minérios, e metais, subindo de 5,86% em 1989 para 12,36% em 2003, sendo que em 2000 foi atingido o pico de 14,81%. Em 2004 a participação deste grupo na pauta de importações ultrapassou o patamar de 15%. A média do período 1989-2003 foi de 9,57%.

Finalmente, as importações chinesas de bens manufaturados sofreram algumas oscilações durante o período, mas mantiveram-se em torno de 80%. Seu maior valor ocorreu em 1993 com 84% e o menor valor em 2000 com 75,74%. A média da participação dos bens manufaturados na pauta de importações da China entre 1989 e 2003 foi de 79,85%.

A partir dos gráficos 16 e 17 pode-se inferir que a pauta de importações da China sofreu poucas alterações durante o período em questão (aumento dos combustíveis, minérios, e metais; e queda nos produtos agrícolas e alimentos). Por outro lado, a composição das exportações deste país vem mudando nitidamente, diminuindo a participação dos bens de menor valor agregado (produtos agrícolas e alimentos, e combustíveis, minérios, e metais) e aumentando fortemente as exportações de bens manufaturados.

Gráfico 17

Participação na pauta de importações da China (1989-2003)



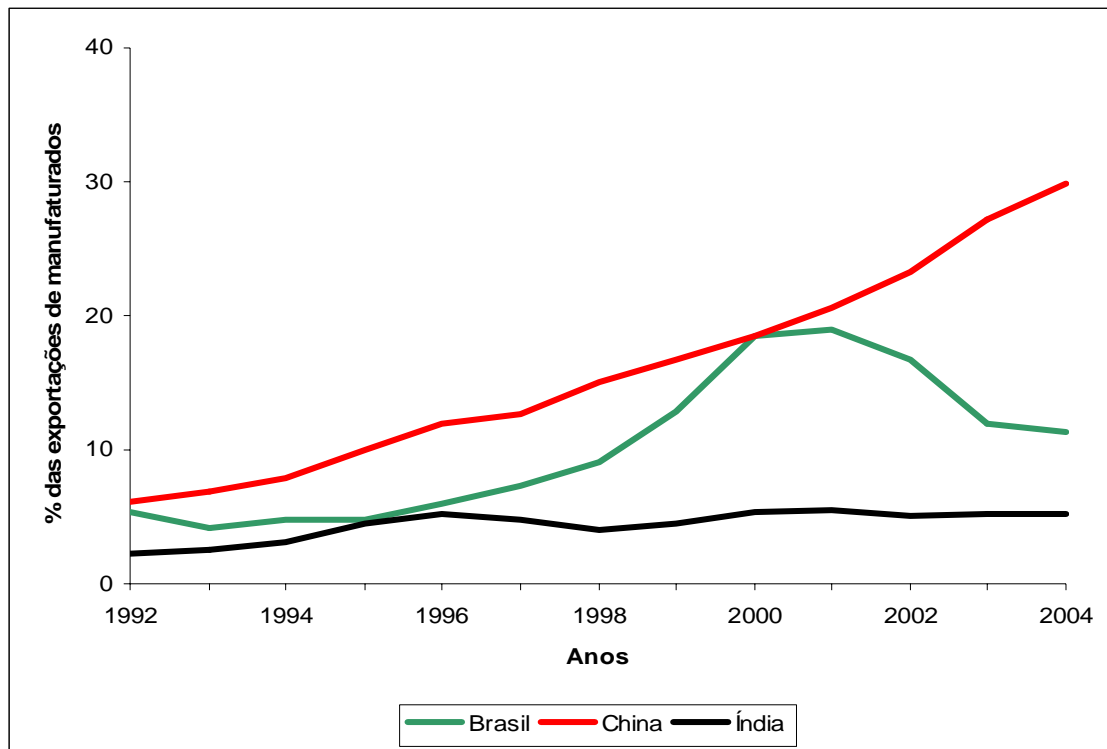
Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

Para finalizar a análise do comércio exterior de Brasil, China, e Índia, estão apresentadas no gráfico 18 as exportações de produtos de alta tecnologia como uma porcentagem das exportações de bens manufaturados entre os anos de 1992 a 2004³⁹. O modelo neoclássico de crescimento argumenta que a transferência de tecnologia dos países avançados para os periféricos seria possível, entre outras maneiras, através da abertura ao IDE. Um indício do progresso tecnológico destes países poderia ser observado através da suas exportações de produtos de alta tecnologia.

³⁹ A série *High technology exports (% of manufactured exports)* obtida no WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) possui dados disponíveis apenas a partir do ano de 1992, por isso só foi possível analisar o período 1992-2004. Sua definição é: “*High-technology exports are products with high R&D intensity, such as in aerospace, computers, pharmaceuticals, scientific instruments, and electrical machinery*”; ou seja, são produtos intensivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), como aeroespaciais, computadores, farmacêuticos, instrumentos científicos, e maquinário elétrico.

Gráfico 18

Participação dos produtos de alta tecnologia nas exportações de manufaturas (1992-2003)



Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

Os produtos de alta tecnologia aumentaram consideravelmente sua participação nas exportações brasileiras de manufaturados durante quase toda a década de 1990, saindo de 5,39% em 1992, passando para quase 19% em 2000 (alcançando o mesmo patamar da China) e mantendo este patamar em 2001. Mas a partir daí a participação destes bens sofre uma forte queda, atingindo 11,36% em 2004. A média das exportações brasileiras de manufaturados de alta tecnologia entre 1992 e 2004 foi de 10,15%.

No caso da Índia, a participação destes bens sofreu um leve aumento durante toda a década de 1990, subindo de 2,29% em 1992 para 5,35% em 2000. Daí em diante as exportações indianas de bens manufaturados de alta tecnologia mantiveram o patamar em 5%. A média do período 1992-2004 foi de 4,40%.

Todavia, o que mais se destaca no gráfico 18 é a trajetória da participação destes produtos nas exportações chinesas de manufaturados, apresentando um fortíssimo aumento em todo o período. Em 1992 estes números estavam em 6,11% (pouco acima do patamar brasileiro), mas em 2004 os produtos de alta tecnologia já representavam

30% das exportações de manufaturados da China. A média do período 1992-2004 foi de 15,9%.

Portanto, levando em conta a análise do comércio exterior da China (gráficos 16 e 17), pode-se dizer que este país não apenas alterou a composição de suas exportações em benefício dos bens de maior valor agregado (manufaturas), mas aumentou também a participação dos bens de alta tecnologia (de valor agregado muito mais alto) dentro deste grupo. Se o progresso tecnológico da China se deve à transferência por meio do IDE, como no modelo neoclássico, não é possível saber. Mas, o fato é que este país tem realizado maciços investimentos em tecnologia, com políticas públicas que têm o intuito de desenvolver o progresso tecnológico dentro do próprio país, ao invés de simplesmente absorvê-lo de outros países. Essas considerações serão apresentadas no próximo capítulo.

Finalizamos, portanto, a comparação mais aprofundada entre as economias de Brasil, Índia, e China. No próximo capítulo serão apresentadas as considerações finais, evidenciando as diferenças entre cada país e apresentando dados adicionais que reforcem as observações feitas.

2.3 SÍNTESE COMPARATIVA DE ASPECTOS ECONÔMICOS SELECIONADOS DE BRASIL, CHINA, E ÍNDIA

No primeiro capítulo foi apresentado o fato de que a desigualdade mundial na distribuição de renda esteve presente em todo o século XX, e foi comprovado que essa situação também persiste nos primeiros anos deste século XXI até a atualidade. Esse fenômeno contrasta com as previsões dos modelos neoclássicos de crescimento (modelo de Solow e outros), segundo os quais no longo prazo as rendas dos países convergiriam para o mesmo nível.

Nas seções anteriores deste capítulo foram apresentados vários dados específicos das economias de Brasil, China, e Índia, comprovando a superioridade do desempenho econômico chinês. Além disso, também foi feita uma comparação com os argumentos e as previsões do modelo neoclássico à medida que estes dados foram sendo apresentados.

Nesta seção será finalizada a comparação entre os três países periféricos, além de apresentar alguns dados adicionais que reforcem os argumentos aqui apresentados.

Inicialmente mostramos que a variação anual (ou taxa de crescimento) do PIB da China (9,32%) foi muito maior que a dos demais países, considerando a média do período 1989-2003 (tabela 5). A Índia também obteve bons resultados (5,64%), acima das médias do Núcleo orgânico e do mundo. O pior resultado foi apresentado pela economia brasileira (1,99%). Quanto à taxa de crescimento do PIB per capita⁴⁰, a ordem de desempenho se repete, como pode ser visto na Tabela 7.

Analisando as taxas apresentadas nesta tabela, é colocado em dúvida o argumento do modelo neoclássico, de que ao longo do tempo os países periféricos alcançariam o nível de desenvolvimento dos países centrais, ou seja, a hipótese da convergência.

Neste caso, se o PIB per capita do Brasil crescesse a uma taxa de 5% ao ano (fato pouco provável, considerando os 0,65% obtidos entre 1989 e 2003) e o Núcleo orgânico mantivesse sua taxa de crescimento de 1,88%, apenas no ano de 2076 o PIB per capita brasileiro alcançaria o Núcleo orgânico. Para a Índia esta projeção é ainda mais distante: se crescesse a 5% somente em 2136 alcançaria o Núcleo. Mesmo a China, com seu PIB per capita crescendo a 8,32% ao ano, só alcançaria o nível dos países centrais em 2055. Mas essas projeções foram calculadas a partir de um cenário em que os países do Núcleo cresceriam em média 1,88% ao ano, uma taxa baixa que provavelmente não será mantida por muito tempo. Portanto, as projeções feitas estão bem distantes da realidade. Além do mais, CHANG (2004) argumenta que as políticas recomendadas pelo Núcleo orgânico para o desenvolvimento dos países periféricos têm justamente o intuito contrário, ou seja, mantê-los na condição de subdesenvolvimento. Mais exatamente, *“a atual política ortodoxa faz o possível para ‘chutar a escada’. (...) Impedir que as nações em desenvolvimento adotem essas políticas [protecionistas] constitui uma grave limitação à sua capacidade de gerar desenvolvimento econômico”* (CHANG, 2004: 26).

Tabela 7

Média das taxas de crescimento do PIB per capita (%) (1989-2003)

Períodos/ Países	Brasil	China	Índia	Núcleo orgânico
1989-2003	0,65	8,32	4,16	1,88

Fonte: WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – elaboração própria.

⁴⁰ Estas taxas de crescimento foram calculadas a partir da série *GDP per capita (constant 2000 US\$)*, ou seja, PIB per capita a dólares constantes de 2000, obtida no WORLD DEVELOPMENT INDICATORS

Voltando às séries apresentadas no capítulo 2, pode-se dizer que a mais importante é a formação bruta de capital fixo como porcentagem do PIB. De acordo com uma investigação econométrica realizada por ANDRADE (2006), durante o período 1978-2003 o principal determinante do crescimento econômico chinês foi o investimento. Resultados semelhantes também foram obtidos por GAPINSKI (2001) e por WANG & YAO (2003); estes últimos analisando o período 1978-1999, quando o estoque de capital físico contribuiu com 48,3% para o crescimento do PIB chinês. Além disso, de acordo com MEDEIROS (2006: 385),

“Desde a formação da China moderna em 1949, o ciclo econômico chinês vem sendo governado pelo ritmo de crescimento dos investimentos em capital fixo das empresas estatais (...). Embora nos anos 90 a meteórica expansão das exportações e dos investimentos privados tenha introduzido novos determinantes ao processo de investimento na China com declínio da participação das empresas estatais no investimento global, o volume dos investimentos estatais no PIB manteve-se num patamar estruturalmente alto e com nítido papel anticíclico”.

No caso da Índia, boa parte do crescimento econômico da década de 90 também pode ser atribuída ao investimento. De acordo com KOHLI (2006) e RODRIK & SUBRAMANIAN (2004) e (2004a), os bons resultados da Índia nos anos 90 se devem a medidas tomadas pelo governo indiano ainda na década de 80⁴¹. A principal dessas medidas seria o aumento dos investimentos realizados pelo setor público (especialmente na indústria de bens de capital⁴²). Na década de 1990 o nível dos investimentos não teria se alterado, mudando apenas a sua composição: os investimentos do setor privado aumentaram em relação ao setor público. Mas, de acordo com autores citados acima, o aumento dos investimentos privados só foi possível devido às medidas tomadas na década de 1980.

Portanto, é válida a idéia do modelo neoclássico, de que a variação no estoque de capital físico tem efeito sobre o crescimento do PIB.

Quanto ao investimento direto estrangeiro, a China apresentou índices mais altos que os de Brasil e Índia. Mas, segundo LAPLANE & SARTI (2002), o fluxo de IDE ingressados no Brasil (que também foi alto na década de 1990) teve como principal destino a aquisição de ativos já existentes, em sua maior parte voltados a produção para o mercado interno, resultando em uma mínima contribuição tanto à formação bruta de

(2006).

⁴¹ Esses detalhes serão discutidos mais adiante.

⁴² KOCHHAR et alli (2006).

capital fixo quanto às exportações. Além disso, o IDE no Brasil também resultou na desnacionalização do sistema empresarial brasileiro, contribuindo para a pressão no balanço de pagamentos através da remessa de lucros ao exterior e do aumento na importações (já que as novas empresas internacionais ingressantes no país possuíam uma estrutura produtiva com altos coeficientes de importação). A China por outro lado recebeu um fluxo de IDE que foi destinado quase que maciçamente à construção de novos ativos, cuja produção foi destinada ao mercado externo.

Quanto ao argumento neoclássico de que o IDE seria capaz de transferir tecnologia, é preciso lembrar que na grande maioria dos casos os investimentos em P&D só ocorrem no país onde se situa a matriz da empresa multinacional. Portanto, os progressos tecnológicos só seriam produzidos neste país e aplicados unicamente na filial, já que a suposta transferência de tecnologia seria impedida pelos direitos de propriedade internacionais; ou seja, a tecnologia não é um bem livre, contrariando um pressuposto do modelo neoclássico.

O fluxo de capitais privados como uma porcentagem do PIB, como foi dito no capítulo 2, não pode ser descrito como determinante do crescimento econômico. Como foi visto no gráfico 9, a China apresentou no período 1989-2003 uma média menor do que a do Brasil para esta variável. Além do mais, segundo MEDEIROS (2006) a China, apesar de ter realizado a abertura financeira, ainda manteve um considerável controle do fluxo de capitais. O Brasil por outro lado, após realizar sua abertura na década de 1990, sofreu com as pressões no balanço de pagamentos ao longo das sucessivas crises ocorridas nessa década⁴³.

Quanto ao comércio exterior, foi apresentado que tanto a China quanto a Índia vêm aumentando a participação dos bens manufaturados (de maior valor agregado) às suas pautas de exportações; a China de forma bastante acelerada, e a Índia de forma mais lenta.

De acordo com EICHENGREEN, RHEE & TONG (2004), a pauta de exportações chinesa vem se distanciando do vestuário, calçados, outras manufaturas leves e combustíveis (que dominaram os anos 80 e início dos 90), em direção a manufaturas de maior valor agregado nos anos 90 (maquinário, telecomunicações, suprimentos industriais, e equipamentos para processamento de dados). Em contrapartida, aumentou a demanda chinesa por *commodities* (especialmente petróleo e

⁴³ CARNEIRO (2002), CARCANHOLO (2002) e (2004), e NAKATANI (2002).

cobre), insumos intermediários (componentes eletrônicos) e bens de capital (em consequência das altas taxas de investimento). MEDEIROS (2006) também descreve a mesma mudança no comércio exterior chinês.

A pauta de exportações da Índia também se movimenta na mesma direção, embora de forma bem mais lenta que a China. O aumento da participação de bens de maior valor agregado nas exportações indianas (mostrado no capítulo 2, gráfico 13) é atribuído por alguns autores⁴⁴ ao crescimento dos setores de serviços (relacionados particularmente à área tecnológica) e de telecomunicações (GORDON & GUPTA, 2004).

Por outro lado, na contramão de Índia e China, da década de 1990 em diante a pauta de exportações do Brasil vem sofrendo uma reprimarização, ou seja, vem aumentando a participação de bens primários (especialmente de produtos agrícolas e alimentos) e diminuindo os bens manufaturados⁴⁵. De acordo com CARNEIRO (2002: 253), *“no que diz respeito à inserção produtiva, houve, nos casos mais bem sucedidos, uma regressão da estrutura industrial com a diminuição da indústria metal-mecânica e ampliação dos setores produtores de commodities industriais. Nos casos mais regressivos, ocorreu uma nova especialização na exportação de bens primários de baixo dinamismo”*.

Ainda em relação ao comércio exterior, é preciso destacar que a China, além de ter aumentado suas exportações de bens manufaturados em relação aos demais produtos, aumentou de maneira impressionante a participação de produtos de alta tecnologia no total de suas manufaturas exportadas (gráfico 17, capítulo 2). WU (2000) afirma que na década de 1990 o progresso tecnológico tornou-se um dos fatores mais importantes a conduzir o crescimento econômico da China. Este crescimento se deve principalmente aos maciços investimentos em tecnologia realizados pelo governo chinês. A esse respeito, MEDEIROS (2006: 388) escreve:

“Em sua política ‘manter as grandes empresas públicas e deixar escapar as menores’ a estratégia era diversificar simultaneamente as exportações através de política tecnológica e de investimentos e a modernização da infra-estrutura de forma a integrar populações e territórios do interior. Diversos centros de tecnologia foram desenvolvidos. Foram estabelecidas dezenas de zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico especialmente concebidas para formarem pólos de crescimento voltados para a economia como um todo. Estas zonas passaram a receber massivos

⁴⁴ O mesmo fato é apontado por KOCHHAR et alli (2006), KOHLI (2006), RODRIK & SUBRAMANIAN (2004) e (2004a).

⁴⁵ Este fato também é descrito em PINHEIRO, GIAMBIAGI & GOSTKORZEWICZ (1999).

investimentos do governo em infra-estrutura e muitas criaram parques industriais em alta tecnologia”.

Mesmo a Índia, que teve um tímido aumento das suas exportações de produtos de alta tecnologia na década de 90, deve ser destacada. KOCHHAR et alli (2006) afirma que, relativamente a outros países pobres, a Índia enfatizou os investimentos públicos na educação de nível superior, combinada com outras políticas tecnológicas, direcionando o setor manufatureiro e de serviços em direção à área tecnológica. Além disso, RODRIK & SUBRAMANIAN (2004a) afirmam que o grande crescimento do setor de tecnologia na Índia somente foi possível devido a políticas tecnológicas iniciadas na década de 1980.

Portanto, o progresso tecnológico ocorrido na China deve ser atribuído mais às políticas educacionais e tecnológicas, ou seja, ações diretas do governo chinês, do que a uma suposta transferência de tecnologia através do IDE e de outros meios. A mesma observação pode ser feita para a Índia.

Finalmente, as considerações finais são encerradas comparando um fato comum aos três países que ainda não havia sido mencionado nos outros capítulos: as reformas liberalizantes. Tanto a China, quanto o Brasil e a Índia, implementaram essas reformas durante as décadas de 1980 ou 1990, ao estilo do Consenso de Washington (pelo menos à primeira vista).

A experiência neoliberal brasileira, com seu auge na década de 1990, já foi discutida em diversos trabalhos⁴⁶. É fato conhecido que nesse período a economia brasileira sofreu uma forte e repentina abertura comercial, com quedas massivas nas barreiras tarifárias. Como essa abertura não teve uma contrapartida adequada em termos de apoio à indústria nacional, os impactos sobre a economia foram muito fortes, resultando principalmente em aumentos na taxa de desemprego, desequilíbrios na balança comercial, e baixíssimas taxas de crescimento do PIB. A abertura financeira também resultou em impactos negativos, aumentando a vulnerabilidade externa, e a cada crise do mercado financeiro internacional o balanço de pagamentos sofria fortes pressões. Em suma, o Brasil foi um dos exemplos mais extremos de implementação da agenda política do Consenso de Washington, bastante comuns na América Latina em nas últimas duas décadas do século XX.

⁴⁶ Sobre este tema ver ALBUQUERQUE & FERNANDES (1999), CARNEIRO (2002), CARCANHOLO (2002) e (2004), CAVALCANTI & RIBEIRO (1998), MOREIRA (1999), MOREIRA

Por outro lado, a teoria ortodoxa atribui os bons resultados da economia indiana e o espetacular crescimento econômico da China a medidas liberalizantes adotadas por estes países na década de 1990. A realidade, porém, é que essas medidas não estão tão próximas assim do Consenso de Washington.

De fato, a China implementou diversas medidas liberalizantes ao longo dos anos 80 e 90, como, por exemplo, reformas econômicas pró-mercado, abertura comercial, abertura ao investimento direto estrangeiro, e mudanças no regime cambial (ANDRADE, 2006). Mas é preciso fazer ressalvas a essa afirmação. A abertura da economia chinesa se restringiu a determinadas regiões geográficas, principalmente para que as empresas exportadoras tivessem acesso a insumos importados e que também pudessem exportar suas produções. Além disso, embora muitas estatais tenham sido privatizadas, uma parte considerável das empresas chinesas ainda é estatal, e mesmo aquelas consideradas não-estatais ainda são de propriedade das comunidades onde se situam, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas (boa parte destas são de propriedade dos governos locais) (SACHS & WOO, 1997). MEDEIROS (2006: 394) também aponta que a China ainda mantém um forte controle dos fluxos de capitais, e que *“após a crise asiática de 1997, com as exportações desacelerando-se, a China decidiu autonomamente expandir os gastos públicos e os investimentos das empresas estatais, que permaneceu liderando o ciclo expansivo”*. As atuais pressões européias e norte-americanas pela desvalorização da moeda chinesa também são uma amostra de que as reformas chinesas não foram tão liberalizantes quanto se imagina. Portanto, o Estado chinês ainda se conserva forte e ativo, realizando políticas anticíclicas intervencionistas, ao contrário do que recomenda a agenda política do Consenso de Washington.

A experiência neoliberal da Índia também deve ser vista com ressalvas. Após uma crise do balanço de pagamentos em 1991, este país implementou algumas reformas, entre elas: redução de barreiras tarifárias, abertura ao investimento direto estrangeiro, e privatizações. O crescimento econômico da Índia durante a década de 1990 até o presente momento seria então fruto dessas reformas. Mas alguns autores⁴⁷ mostram claramente que o bom desempenho da economia indiana havia começado uma década antes das reformas neoliberais. Na verdade, o crescimento da economia seria

& NAJBERG (1999), PINHEIRO, GIAMBIAGI & GOSTKORZEWICZ (1999), PORTUGAL & AZEVEDO (2000), REZENDE, NONNENBERG & MARQUES (1997).

⁴⁷ KOCHHAR et alli (2006), KOHLI (2006), RODRIK & SUBRAMANIAN (2004) e (2004a).

atribuído a uma política realizada pelo governo indiano nos anos 1980, adotando o que esses autores chamaram de reformas *pro-business*, que visavam aumentar a rentabilidade dos setores industriais e comerciais, através do aumento do investimento público. Essas reformas representaram uma espécie de pacto social, uma aliança entre o governo e o capital nacional indiano, aumentando tanto o investimento público quanto o privado. As reformas pró-mercado (ou *pro-market*), realizadas em 1991, são incapazes de explicar importantes anomalias empíricas no comportamento da economia indiana, e as interpretações nelas baseadas possuem algumas inconsistências lógicas (KOHLI, 2006: 1251). RODRIK & SUBRAMANIAN (2004a: 15) vão mais além, afirmando que a Índia deve evitar os erros cometidos pela América Latina nos anos 1990 (reformas pró-mercado), evitando embarcar na ambiciosa agenda de liberalização econômica e privatização.

Portanto, quando comparadas as experiências liberalizantes destes três países, chega-se a conclusão de que essas reformas só surtiram efeitos positivos quando acompanhadas de diversos controles estatais. Por exemplo, é bastante provável que o comércio internacional seja benéfico ao crescimento, e não o *livre comércio*; e o controle do fluxo de capitais, ao invés de uma radical liberalização financeira. A implementação de forma radical da agenda política do Consenso de Washington só levaria a desastres econômicos.

CONCLUSÕES

As evidências empíricas apresentadas neste trabalho mostram que a situação mundial mudou muito pouco desde meados do século XX. ARRIGHI (1995) já havia mostrado que a desigualdade mundial na distribuição de riqueza entre as nações marcou o período 1938-1988. No presente trabalho foi comprovado que esta desigualdade persiste até os dias atuais, pelo menos no período 1989-2003.

O que se observou pela análise dos dados foi que mais da metade da riqueza global (ou seja, toda a riqueza produzida no mundo) é apropriada por aproximadamente 10% de toda a população mundial, mais exatamente pelos países que formam o Núcleo orgânico do capitalismo. Esse fenômeno ocorre ao mesmo tempo em que o volume de comércio internacional aumenta em todo o mundo, pelo menos desde os anos 1970.

Neste sentido, é colocada em dúvida a hipótese da convergência, pela qual as rendas dos países convergiriam para o mesmo nível no longo prazo, prevista pelos modelos neoclássicos de crescimento. As projeções feitas, considerando que o Núcleo orgânico crescesse à taxa média do período 1989-2003 (1,88% ao ano), mostram que o Brasil só alcançaria este nível em 2076 se crescesse 5% ao ano ininterruptamente (fato pouco provável); a Índia somente em 2136 (também crescendo 5% anualmente); e a China, se mantivesse a média de 8,32% somente alcançaria o PIB per capita do Núcleo em 2055. Todavia, os cenários dessas projeções se encontram bem distantes da realidade. Particularmente no caso do Brasil.

Apesar disso, observou-se uma relação positiva entre o investimento em capital físico e o crescimento do PIB; o mesmo ocorrendo para o progresso tecnológico e o capital humano.

O destaque do desempenho da economia da China leva à outra questão: como a China conseguiu resultados tão expressivos nas últimas décadas, considerando que em 1971 seu PIB era pouco menor que o da Índia⁴⁸? As evidências mostram que a China, ao contrário do que propõe a agenda do Consenso de Washington, realizou algumas reformas liberalizantes, mas sem que o Estado chinês perdesse a sua autonomia política. Mais exatamente, a abertura comercial promoveu o comércio internacional, mas não o *livre comércio*; apesar da liberalização financeira, o Estado ainda manteve rígidos controles sobre o fluxo de capitais; e a abertura ao investimento direto estrangeiro foi realizada garantindo-se que este fosse aplicado na criação de novos ativos físicos, ao

invés da simples aquisição de ativos já existentes (como foi o caso do Brasil), resultando assim em acumulação de capital, de fato. Finalmente, a China implementou políticas tecnológicas onde o Estado atuava diretamente através de investimentos públicos, tanto na educação pública como na criação de centros de pesquisa. Este fato contraria a hipótese neoclássica (pouco realista) de que a tecnologia seria transferida dos países avançados para os periféricos através do IDE, de publicações científicas, ou da migração de cientistas; vale lembrar que a tecnologia não é um bem livre, ou seja, é protegida por patentes internacionais.

Essas políticas adotadas pela China resultaram, entre outras coisas, no progresso tecnológico, que por sua vez pôde ser observado na alteração da pauta de exportações: a intensificação destas na direção bens com maior valor agregado (especialmente os produtos de alta tecnologia). No caso do Brasil, que implementou de forma mais literal a agenda do Consenso, o resultado foi uma reprimarização da sua pauta de exportações.

Portanto, a conclusão é o que o crescimento e o desenvolvimento só poderão ser alcançados enquanto o Estado tiver capacidade e força para investir diretamente em áreas consideradas fundamentais, como por exemplo, infra-estrutura e tecnologia. Um Estado mínimo, como propõe o Consenso de Washington, não seria capaz de promover o crescimento e tampouco o desenvolvimento econômico de um país.

Finalmente, é preciso ressaltar a dificuldade em comparar duas teorias tão distintas entre si: a teoria da dependência e os modelos de neoclássicos de crescimento. Embora ambas as teorias tenham em comum a análise do desenvolvimento econômico, os campos teóricos onde cada uma dessas teorias se situa são muito distantes entre si, tornando bastante complicada a comparação proposta no presente trabalho.

⁴⁸ Em dólares de 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, C. R., FERNANDES, C. L. L. (1999) **Impactos da Liberalização Comercial no Perfil do Comércio Exterior Brasileiro**. In: XXVIII Encontro Nacional de Economia, 1999, Belém. Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia, 1999. v. 2. p. 985-1003.
- ALMEIDA FILHO, N. (2003) **Limites à reversão das políticas econômicas neoliberais: a recolocação da problemática da teoria da dependência**. Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política, Florianópolis.
- ALMEIDA FILHO, N. & CORRÊA, V. P. (2000) **Transição brasileira: a configuração exemplar na nova forma de dependência dos países em desenvolvimento**. Anais da Jornada de Economia Política, ANPEC/SBE/SEP, Campinas.
- ANDRADE, D. C. (2006). **Fatores condicionantes do crescimento econômico de longo prazo na China: aspectos teóricos e investigação empírica**. Dissertação de mestrado, IE/UFU, Uberlândia: Brasil.
- ARRIGHI, G. (1995) **A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo**. In: SADER, E. (Org.) O mundo depois da queda. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- BOUZAS, R. & KEIFMAN, S. (2004) **Para a liberalização do comércio funcionar**. In: KUCZYNSKI, P. P. & WILLIANSOM, J. Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. Ed. Saraiva, São Paulo.
- CARNEIRO, Ricardo (2002) **Desenvolvimento em crise – A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo, Editora Unesp.
- CARCANHOLO, M. D. (2002) **Abertura Externa e Liberalização Financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90**. Tese de doutorado, IE – UFRJ, novembro, Rio de Janeiro.
- CARCANHOLO, M. D. (2004) **Abertura e Vulnerabilidade Externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica**. In: XAVIER, C. L. (Org.) Desenvolvimento Desigual. Edufu, Uberlândia.
- CAVALCANTI, M. A. F. H., RIBEIRO, F. J. (1998) **As exportações brasileiras no período 1977/96: desempenho e determinantes**. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para Discussão n° 545).

- CHANG, H. (2004) **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo, Editora Unesp.
- CUNHA, A. M. (2004) **Estratégias Periféricas Sessenta Anos Depois do Acordo de Bretton Woods**. XXXII Encontro Nacional de Economia, 07 a 10 de Dezembro de 2004, João Pessoa.
- DOS SANTOS, Theotônio (2000) **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- EICEHNGREEN, B., RHEE, Y. & TONG, H. (2004) **The impact of China on the exports of other asian countries**. NBER Working Paper, No. 10768. Cambridge: National Bureau of Economic Research.
- FFRENCH-DAVIES, Ricardo (2006) **Después del Consenso de Washington: las reformas económicas para crecer con equidad**. (Obtido em www.eclac.cl em 28/01/2006).
- GAPINSKI, J. H. (2001) **The Panda that grew**. China Economic Review, 12, 263–279.
- GORDON, J. & GUPTA, P. (2004) **Understanding India's services revolution**. IMF Working Paper No. 04/171. Washington: International Monetary Fund.
- HOBBSAWM, Eric (1995) **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras.
- JONES, C. I. (2000) **Introdução à Teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- KARP, L. (2004) **The Heckscher-Ohlin-Samuelson model**. Obtido em <http://are.berkeley.edu/courses/ARE201/Notes2004/Chapter4.pdf> em 09/06/2006.
- KOCHHAR, K. et alli (2006) **India's pattern of development: what happened, what follows**. NBER Working Paper No. 12023. Cambridge: National Bureau of Economic Research.
- KOHLI, Atul (2006) **Politics of economic growth in India, 1980-2005 - part I: the 1980s**. Economic and Political Weekly, April 1, pp. 1251-1259.
- KOHLI, Atul (2006a) **Politics of economic growth in India, 1980-2005 - part II: the 1990s and beyond**. Economic and Political Weekly, April 8, pp. 1361-1370.
- KRUGMAN, P. R., OBSTFELD, M. (1999) **Economia Internacional – Teoria e Política**. São Paulo: Makron Books.

- MEDEIROS, C. A. (2006) **A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 (103), pp. 381-400.
- MOREIRA, M. M. (1999) **A Indústria Brasileira nos Anos 90: O que já se Pode Dizer?**. In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. M. (Orgs.). A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, pp. 293-322, 1999.
- MOREIRA, M.M. & NAJBERG, S. (1999) **O Impacto da Abertura Comercial sobre o Emprego: 1990-1997**. In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. M. (Orgs.). A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, p. 469-496.
- NAKATANI, Paulo (2002) **A crise do sistema capitalista mundial**. VII Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade Brasileira de Economia Política, Curitiba.
- OCAMPO, J. A. (1998) **Más allá del Consenso de Washington: una visión desde la CEPAL**. Revista de la CEPAL, nº 66, dezembro.
- PINHEIRO, A. C., GIAMBIAGI, F., GOSTKORZEWICZ, J. (1999) **O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90**. In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. M. (Orgs.). A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, pp. 11-41.
- PORTUGAL, M. S. & AZEVEDO, A. F. Z. (2000) **Abertura Comercial e Política no Plano Real, 1994-1999**. In: FONTES, Rosa, MARCELO, A. Arbex (Eds.). Economia Aberta: Ensaio sobre Viçosa: UFV, p. 127-179.
- REZENDE, G. C., NONNENBERG, M. J. B. & MARQUES, M. C. (1997) **Abertura comercial, financiamento das importações e o impacto sobre o setor agrícola**. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão nº 498).
- RODRIK, D., & SUBRAMANIAN, A. (2004) **From “Hindu growth” to productivity surge: the mystery of the Indian growth transition**. NBER Working Paper, No. 10376. Cambridge: National Bureau of Economic Research.
- RODRIK, D., & SUBRAMANIAN, A. (2004a) **Why can India grow at 7 percent a year or more: projections and reflections**. IMF Working Paper No. 04/118. Washington: International Monetary Fund.
- SACHS, J. & WOO, W. T. (1997) **Understanding China’s economic performance**. NBER Working Paper, No. 5935. Cambridge: National Bureau of Economic Research.

- SARTI, F. & LAPLANE, M. F. (2002) **O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990**. Economia e Sociedade, v. 11, n.1(18), pp. 63-94.
- WANG, Y. & YAO, Y. (2003) **Sources of China's economic growth 1952-1999: incorporating human capital accumulation**. China Economic Review, 14, pp. 32-52.
- WILLIAMSON, John (2004a) **Nossa agenda e o Consenso de Washington**. In: KUCZYNSKI, P. P. & WILLIAMSON, J. Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. Ed. Saraiva, São Paulo.
- WILLIAMSON, John (2004b) **A Short History of the Washington Consensus**. Conference "From the Washington Consensus towards a new Global Governance" Barcelona, September 24–25. (<http://www.iie.com>).
- WILLIAMSON, John (2004c) **The Washington Consensus as Policy Prescription for Development**. A lecture in the series "Practitioners of Development" delivered at the World Bank on January 13, 2004. (<http://www.iie.com>).
- WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) – World Bank – disponível em www.worldbank.org.
- WU, Y. (2000) **Is China's economic growth sustainable? A productivity analysis**. China Economic Review, 11, pp. 278-296.

ANEXOS

PIB em milhões de dólares de 2000

Países/Anos	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Alemanha	966646	1006388	1052285	1057083	1046026	1098286	1131665	1165566	1214070	1229508	1230864	1221163
Austrália	156653	161313	168304	169968	174763	180783	182556	190346	196489	202903	209206	204283
Áustria	88842	94357	98968	102872	102499	107190	112345	112190	118330	120441	120262	122604
Bélgica	112531	118445	125696	130975	129237	136543	137398	141302	144610	151088	150666	151563
Canadá	286734	302147	323090	334777	340955	358622	370671	385177	399653	408202	420357	408065
Dinamarca	91233	95366	98762	97403	95725	101885	103018	104912	108207	107579	105371	108264
EUA	3850500	4065800	4304800	4284400	4276900	4507000	4717000	4981900	5140400	5128000	5257400	5153600
Finlândia	52600	56669	60627	62589	63718	63653	64187	65761	70150	73761	75309	77713
França	633951	662041	698056	719762	717759	748219	772293	798165	824599	839865	853130	878173
Holanda	174707	179352	188169	195866	196209	205018	210152	215373	219331	223023	221876	219029
Luxemburgo	5633	6005	6504	6778	6333	6493	6595	6864	7025	7084	7045	7125
Noruega	58847	61597	63752	67212	71279	75894	78996	81468	85067	89501	90616	91061
N. Zelândia	28538	29999	32339	34277	33683	33996	32658	32453	32432	32722	33787	35246
Reino Unido	733220	759653	813841	802817	798481	819901	839947	867649	891070	872712	860143	876591
Suécia	131627	134640	139982	144459	148147	149715	147325	149905	155662	158260	157957	159919
Suíça	163878	169123	174281	176816	163939	161637	165571	166248	170391	178232	181386	178976

PIB em milhões de dólares de 2000 (continuação)

Países/Anos	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Alemanha	1240148	1275196	1303152	1334653	1354264	1404854	1459826	1543379	1622029	1658133	1644831	1688536
Austrália	214032	225356	235029	240551	253449	263698	273558	273239	273930	283928	294991	307410
Áustria	126361	126337	129567	132425	134465	139124	144037	150669	156088	159774	160307	164572
Bélgica	152035	155785	158358	161245	164964	172756	178749	184357	187736	190610	188777	194868
Canadá	419637	444289	465522	476689	496874	521595	534692	535636	524215	528797	541197	567230
Dinamarca	110148	114014	118063	122799	122836	124328	124515	125717	127118	127895	127893	134884
EUA	5386300	5774000	6011000	6217200	6425100	6690000	6926300	7055000	7041300	7276200	7472000	7775500
Finlândia	79887	82464	85285	87250	90999	95317	99907	99570	93210	89658	88544	92029
França	895679	910662	928263	949679	969810	1011975	1050738	1078885	1091951	1113183	1102165	1125109
Holanda	222880	229832	235937	243310	247813	255198	267409	278277	284971	289215	291099	299438
Luxemburgo	7338	7792	8009	8809	9157	9932	10905	11485	12478	12705	13239	13745
Noruega	94285	100212	105901	110005	112037	112168	113481	115797	119985	123944	127322	134015
N. Zelândia	36211	37997	38290	39092	39254	39202	39422	39415	38895	39324	41860	44075
Reino Unido	907624	930956	964123	1002233	1047888	1099866	1123734	1132265	1116810	1118990	1145085	1195767
Suécia	162922	169947	173714	178557	184629	189432	194635	196637	194514	192214	188379	196225
Suíça	179926	185555	192074	195355	197806	204292	213588	221700	219861	219920	219416	221756

PIB em milhões de dólares de 2000 (continuação)

Países/Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alemanha	1720460	1737562	1768916	1804830	1841124	1900221	1922833	1925874	1925874	1956088	1973692
Austrália	320529	332677	347515	365968	379728	387538	402574	415492	431170	444105	455651
Áustria	167715	172108	175274	181515	187544	193838	195229	197505	199002	203307	207169
Bélgica	199515	201861	208850	213091	219892	228417	230059	232138	235061	241910	244813
Canadá	583016	592403	617549	642751	678809	714458	727172	752104	767140	789387	812279
Dinamarca	138597	142087	146307	149918	153868	158226	160291	161097	162230	166106	171255
EUA	7972800	8271400	8647600	9012500	9417100	9764800	9838900	10023500	10330000	10763860	11140590
Finlândia	95200	98906	105091	110346	114066	119905	121183	123847	126817	131468	134229
França	1151595	1164204	1192162	1234690	1276041	1327964	1355206	1371759	1382755	1414809	1436031
Holanda	308520	317897	330099	344457	358221	370639	375927	378064	374743	380136	384318
Luxemburgo	13942	14407	15604	16679	17982	19604	19908	20399	20994	21948	22826
Noruega	139854	147202	154840	158912	162302	166906	171457	173353	174002	179074	183193
N. Zelândia	45897	47515	48206	48450	50957	52125	53937	56436	58465	61038	62197
Reino Unido	1229876	1264523	1305965	1346360	1384833	1438283	1471389	1497408	1530268	1578280	1606689
Suécia	204178	206814	211856	219579	229632	239568	242076	246859	250480	259490	266496
Suíça	222597	223758	228027	234396	237474	246049	248612	249421	248541	253761	258582

PIB em milhões de dólares de 2000

Países/Anos	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Brasil	195678	219263	249913	272510	286706	314775	329275	339916	362916	395981	378584	380781
China	107077	111146	119926	122685	133358	131225	141198	157718	169704	182941	192454	209967
Índia	116498	115825	119488	120907	131989	134242	143951	152206	144227	153875	163663	169647
Mundo	12696841	13412600	14270516	14455876	14591861	15306195	15918712	16618215	17306888	17623260	17955931	17996999

Países/Anos	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Brasil	367797	387176	417941	451327	467573	467093	482411	461668	467669	465331	488132	516932
China	232854	268248	304461	331254	369679	411453	428322	444599	485502	554443	632065	714865
Índia	181655	189146	199795	209458	218400	239933	255390	270225	272676	287050	301030	323498
Mundo	18478250	19327116	20041160	20705102	21449937	22443868	23279459	23956403	24342153	24881293	25318063	26169303

Países/Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	538643	553187	571442	572013	576589	601732	609630	621377	624763	655376	670450
China	792786	872064	953166	1027513	1105604	1198475	1297948	1416062	1557668	1714992	1884776
Índia	348232	373982	390730	414124	443646	461346	485698	503327	545001	591473	641926
Mundo	26926356	27864139	28909119	29628368	30558176	31775489	32260837	32857001	33762014	35162165	36410774

PNB em milhões de dólares correntes

Países/Anos	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Alemanha	241445	290904	386925	430446	472756	504141	582690	726085	856698	917431	768543	741423
Austrália	47048	55848	80702	96541	102892	110092	108710	126852	140768	163338	187193	180123
Áustria	17567	21676	28985	34606	39367	42156	50461	60670	72410	80268	69362	69639
Bélgica	28973	36161	46321	54358	63707	69000	80159	97856	111903	121700	100575	88025
Canadá	94671	107998	125395	152976	165727	196478	200599	206367	229054	258225	286877	293534
Dinamarca	18177	22326	29622	32809	38925	43032	48305	58708	67857	67807	58240	56416
EUA	1109400	1224900	1373700	1491100	1619300	1801500	2012300	2271900	2530400	2761600	3107400	3265700
Finlândia	12102	14227	18785	23970	28350	30683	32300	34861	42807	51489	50138	50216
França	168169	206166	267085	285480	360163	372552	411513	509110	614067	701794	611906	577226
Holanda	41827	51498	67965	79961	92351	101087	118800	144682	167254	180042	149254	145246
Luxemburgo	1089	1382	1881	2329	2448	2755	3108	3871	4526	5025	4385	4376
Noruega	14272	16919	21939	26441	32075	34895	40048	44352	50435	61697	60488	59391
N. Zelândia	7744	9321	12429	13908	13394	13432	14472	17483	20133	22310	24108	23359
Reino Unido	140830	161518	183319	198053	234850	225996	252037	320512	414574	528878	503113	478042
Suécia	38367	45222	54963	61041	76635	82514	86949	95987	113465	129984	118020	102755
Suíça	27805	34066	45888	53076	60478	63558	68219	95080	107241	114239	105584	107241

PNB em milhões de dólares correntes (continuação)

Países/Anos	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Alemanha	742219	701319	707425	1012619	1261640	1363314	1357596	1723980	1816794	2069756	2007524	2134760
Austrália	179673	192166	168596	177521	211281	265698	292941	296597	304401	302430	294229	330495
Áustria	70601	66460	67846	96485	120936	131152	130972	164417	171350	193416	188424	201994
Bélgica	83288	79795	82834	115338	144011	156423	157799	197542	203294	226676	219099	240605
Canadá	319552	331845	340113	351272	402642	474887	528760	553645	569313	549675	535564	535710
Dinamarca	56796	54747	58066	82451	102948	108463	104913	129360	129955	143395	136365	149307
EUA	3500200	3924300	4197400	4398500	4698300	5107100	5428200	5725800	5904700	6213700	6496700	6901200
Finlândia	48501	50402	53342	69675	87288	104296	112464	133251	118912	103451	81566	95690
França	549084	519451	541168	756255	920735	1000140	1001932	1239157	1241655	1372372	1304379	1370723
Holanda	141994	132451	131942	184662	228616	242766	240156	292718	301438	331378	324007	350174
Luxemburgo	4409	4273	4440	6325	7962	8840	9325	12059	13152	14675	14776	15822
Noruega	58364	58945	62508	74712	89614	96207	96574	112671	114833	124358	114270	121569
N. Zelândia	22848	21570	21533	27671	34959	42210	40753	41987	39309	37905	40935	48245
Reino Unido	456326	430541	451059	556850	680923	828867	833130	975112	1021483	1064298	955294	1041821
Suécia	94259	98036	102664	136640	167120	188558	198476	235909	246964	252583	189623	207350
Suíça	107321	103147	104350	147908	184270	200845	192702	243696	247190	256645	250587	275425

PNB em milhões de dólares correntes (continuação)

Países/Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alemanha	2504108	2425643	2144947	2161854	2120680	1882403	1870792	1998024	2426987	2727452	2772914
Austrália	357098	398189	401551	358821	390455	376695	358916	400238	512342	616471	677743
Áustria	235446	233987	205644	210491	208608	190111	188296	204647	251382	288044	299843
Bélgica	282292	275001	249709	255651	256276	232719	231499	251615	310000	357285	369715
Canadá	561318	583858	607988	587006	629239	696039	685390	710061	840137	962136	1092620
Dinamarca	177973	180535	166599	170618	171681	154907	156753	168474	209493	240334	253239
EUA	7276900	7703700	8213200	8730500	9285700	9930900	10209200	10477200	10980900	11755363	12482254
Finlândia	125030	124063	120206	126356	125922	118402	120461	131813	159625	185011	192688
França	1572913	1582449	1434936	1483801	1478144	1346197	1355630	1461314	1797290	2057527	2139411
Holanda	419798	413916	381137	387045	399305	372216	381452	413008	505306	571189	586753
Luxemburgo	19220	19303	17692	18870	19518	17755	18343	19643	23934	28061	29598
Noruega	146052	157329	155444	148808	156198	165268	168540	190794	221928	251526	285462
N. Zelândia	56881	61847	62378	52182	53961	48866	49141	56988	76072	92018	111532
Reino Unido	1129173	1187143	1328310	1437748	1454621	1440862	1443459	1595228	1832775	2166424	2239656
Suécia	241732	263707	241673	244425	248940	237772	217693	240957	301506	350405	358197
Suíça	325203	313711	277069	285995	283835	266655	264307	286665	347333	385913	394974

PNB em milhões de dólares correntes

Países/Anos	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Brasil	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684
China	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562
Índia	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088
Mundo	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051

Países/Anos	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Brasil	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684
China	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562
Índia	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088
Mundo	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051

Países/Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684	48684
China	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562	98562
Índia	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088	65088
Mundo	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051	3186051

População (em milhões de habitantes)

Países/anos	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Alemanha	78,363	78,715	78,956	78,979	78,679	78,317	78,166	78,083	78,104	78,303	78,418	78,335
Austrália	12,937	13,177	13,380	13,723	13,893	14,033	14,192	14,358	14,514	14,692	14,927	15,178
Áustria	7,460	7,510	7,553	7,564	7,556	7,552	7,559	7,553	7,550	7,553	7,565	7,574
Bélgica	9,673	9,709	9,738	9,768	9,795	9,811	9,822	9,830	9,837	9,847	9,852	9,856
Canadá	21,646	21,994	22,369	22,774	23,209	23,518	23,796	24,036	24,277	24,593	24,900	25,202
Dinamarca	4,963	4,992	5,022	5,045	5,060	5,073	5,088	5,104	5,117	5,123	5,122	5,118
EUA	207,661	209,896	211,909	213,854	215,973	218,035	220,239	222,585	225,055	227,225	229,466	231,664
Finlândia	4,616	4,640	4,666	4,691	4,711	4,726	4,739	4,753	4,765	4,780	4,800	4,827
França	51,251	51,701	52,118	52,460	52,699	52,909	53,145	53,376	53,606	53,880	54,182	54,480
Holanda	13,195	13,329	13,439	13,545	13,666	13,774	13,856	13,942	14,038	14,150	14,247	14,313
Luxemburgo	0,345	0,348	0,353	0,357	0,361	0,361	0,362	0,362	0,364	0,365	0,366	0,366
Noruega	3,903	3,933	3,961	3,985	4,007	4,026	4,043	4,059	4,073	4,091	4,100	4,115
N. Zelândia	2,854	2,902	2,956	3,024	3,087	3,111	3,120	3,121	3,109	3,113	3,145	3,181
Reino Unido	55,928	56,097	56,223	56,236	56,226	56,216	56,190	56,178	56,242	56,330	56,352	56,318
Suécia	8,098	8,122	8,137	8,161	8,193	8,222	8,252	8,276	8,294	8,310	8,320	8,325
Suíça	6,324	6,385	6,431	6,443	6,405	6,346	6,327	6,337	6,351	6,319	6,354	6,391

População (em milhões de habitantes) – (continuação)

Países/anos	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Alemanha	78,122	77,846	77,698	77,728	77,840	78,144	78,752	79,433	80,014	80,624	81,156	81,516
Austrália	15,369	15,544	15,758	16,018	16,264	16,532	16,814	17,065	17,284	17,492	17,662	17,955
Áustria	7,552	7,552	7,555	7,565	7,573	7,595	7,631	7,711	7,799	7,783	7,929	7,929
Bélgica	9,856	9,853	9,858	9,862	9,870	9,902	9,938	9,967	10,005	10,045	10,085	10,116
Canadá	25,456	25,702	25,942	26,204	26,550	26,895	27,379	27,791	28,172	28,520	28,833	29,112
Dinamarca	5,114	5,112	5,114	5,121	5,127	5,130	5,133	5,140	5,154	5,170	5,189	5,205
EUA	233,792	235,825	237,924	240,133	242,289	244,499	246,819	249,623	252,981	256,514	259,919	263,126
Finlândia	4,856	4,882	4,902	4,918	4,933	4,951	4,962	4,986	5,014	5,042	5,066	5,089
França	54,728	54,947	55,170	55,394	55,630	55,884	56,436	56,735	56,978	57,242	57,470	57,661
Holanda	14,367	14,424	14,492	14,572	14,665	14,760	14,849	14,952	15,070	15,178	15,279	15,381
Luxemburgo	0,366	0,366	0,367	0,370	0,372	0,373	0,378	0,382	0,387	0,393	0,398	0,404
Noruega	4,133	4,140	4,153	4,169	4,187	4,209	4,227	4,242	4,262	4,286	4,312	4,337
N. Zelândia	3,222	3,253	3,272	3,277	3,305	3,350	3,398	3,448	3,495	3,532	3,572	3,620
Reino Unido	56,377	56,506	56,685	56,852	57,009	57,158	57,358	57,561	57,743	57,902	58,040	58,156
Suécia	8,331	8,337	8,350	8,370	8,399	8,436	8,493	8,559	8,617	8,668	8,719	8,781
Suíça	6,419	6,442	6,470	6,504	6,545	6,569	6,647	6,712	6,800	6,875	6,938	6,994

População (em milhões de habitantes) - (continuação)

Países/anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alemanha	81,642	81,912	82,071	82,047	82,087	82,210	82,333	82,508	82,541	82,516	82,485
Austrália	18,072	18,311	15,518	18,711	18,926	19,153	19,413	19,641	19,873	20,111	20,321
Áustria	7,953	7,965	7,971	7,982	8,002	8,012	8,043	8,084	8,121	8,173	8,211
Bélgica	10,137	10,157	10,181	10,203	10,226	10,252	10,287	10,333	10,376	10,421	10,471
Canadá	29,354	29,672	29,987	30,248	30,499	30,770	31,082	31,362	31,630	31,974	32,271
Dinamarca	5,228	5,262	5,284	5,301	5,319	5,340	5,359	5,374	5,387	5,404	5,418
EUA	266,278	269,394	272,657	275,854	279,040	282,224	285,318	288,369	290,810	293,655	296,497
Finlândia	5,108	5,125	5,140	5,153	5,165	5,176	5,188	5,201	5,213	5,228	5,245
França	57,844	58,026	58,208	58,398	58,623	58,896	59,192	59,599	60,028	60,380	60,743
Holanda	15,460	15,517	15,607	15,698	15,805	15,925	16,046	16,149	16,225	16,282	16,329
Luxemburgo	0,410	0,416	0,422	0,427	0,432	0,438	0,440	0,444	0,450	0,453	0,457
Noruega	4,360	4,381	4,404	4,432	4,460	4,491	4,513	4,538	4,577	4,591	4,618
N. Zelândia	3,673	3,732	3,782	3,815	3,835	3,858	3,881	3,939	4,009	4,061	4,110
Reino Unido	58,250	58,354	58,470	58,596	58,732	59,743	59,500	59,302	59,582	59,867	60,203
Suécia	8,831	8,843	8,849	8,852	8,857	8,869	8,894	8,924	8,956	8,992	9,024
Suíça	7,041	7,074	7,088	7,110	7,140	7,184	7,230	7,285	7,339	7,390	7,441

População (em milhões de habitantes)

Países/Anos	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Brasil	98,352	100,732	103,144	105,603	108,124	110,707	113,348	116,048	118,805	121,615	124,480	127,388
China	841,105	862,030	881,940	900,350	916,395	930,685	943,455	956,165	969,005	981,235	993,885	1008,630
Índia	560,268	573,130	586,220	599,643	613,459	627,632	642,134	656,941	672,021	687,332	702,821	718,426
Mundo	3756,594	3833,538	3909,671	3986,324	4061,399	4134,481	4207,544	4281,540	4355,498	4432,678	4509,444	4588,002

Países/Anos	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Brasil	130,312	133,213	136,063	138,853	141,586	144,255	146,858	149,394	151,858	154,254	156,614	158,978
China	1023,310	1036,825	1051,040	1066,790	1084,035	1101,630	1118,650	1135,185	1150,780	1164,970	1178,440	1191,835
Índia	734,072	749,677	765,147	781,893	798,680	815,590	832,535	849,515	866,530	882,821	899,329	915,697
Mundo	4666,711	4744,812	4824,743	4908,091	4993,591	5080,248	5167,483	5256,402	5341,640	5423,736	5503,485	5585,150

Países/Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	161,376	163,819	166,301	168,812	171,335	173,858	176,377	178,895	181,408	183,913	186,405
China	1204,855	1217,550	1230,075	1241,935	1253,735	1262,645	1271,850	1280,400	1288,400	1296,157	1304,500
Índia	932,180	948,759	965,428	982,183	999,016	1015,923	1032,473	1048,641	1064,399	1079,721	1094,583
Mundo	5652,303	5749,058	5825,140	5906,745	5985,915	6061,854	6137,059	6212,827	6288,520	6363,195	6437,784

Formação bruta de capital fixo (% do PIB)

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	23,43	22,50	21,30	20,89	20,92	21,08	22,69	22,05	22,67	22,58	20,70	21,81	21,28	19,99	18,99
China	23,78	23,68	25,09	27,22	29,80	31,02	31,77	31,40	30,72	32,07	32,51	32,88	33,86	35,41	38,54
Índia	21,40	21,97	21,40	21,19	21,33	22,19	24,59	23,24	22,72	23,30	23,62	22,71	22,65	24,02	24,70

Investimento direto estrangeiro (% do PIB)

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	0,24	0,21	0,27	0,53	0,29	0,56	0,69	1,45	2,43	4,05	5,33	5,45	4,42	3,60	2,01
China	0,99	0,98	1,16	2,67	6,25	6,04	4,92	4,69	4,64	4,29	3,58	3,20	3,34	3,39	3,26
Índia	0,09	0,07	0,03	0,11	0,20	0,30	0,60	0,63	0,87	0,64	0,48	0,78	1,14	1,11	0,76

Fluxo de capitais privados (% do PIB)

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	2,10	1,89	3,70	5,94	6,49	14,51	5,92	9,45	9,78	13,28	12,96	10,81	10,95	12,80	6,55
China	2,52	2,51	2,31	6,06	9,63	9,00	6,23	6,32	10,65	10,39	11,51	11,42	9,08	6,97	12,33
Índia	1,05	0,81	1,60	3,15	2,54	3,97	1,77	5,21	4,59	4,58	2,41	7,44	5,69	4,28	5,94

Grau de abertura comercial

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	13,24	15,16	16,59	19,25	19,60	18,67	17,21	16,30	17,66	17,25	22,11	22,84	27,44	28,90	29,15
China	34,42	34,83	38,30	43,27	48,68	47,31	43,94	38,06	39,01	36,39	37,97	44,24	43,08	47,70	56,91
Índia	15,39	15,71	17,23	18,75	20,04	20,37	23,21	22,36	22,96	24,13	25,19	27,31	26,38	30,03	30,84

Pauta de exportações do Brasil (% das exportações)

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Produtos agrícolas e alimentos	30,77	31,14	28,32	28,70	28,34	32,48	33,96	33,97	34,82	33,56	33,45	28,07	31,76	31,86	33,19
Combustíveis, minérios, e metais	14,46	15,72	15,72	13,49	12,24	11,42	11,15	10,91	9,97	10,53	10,75	11,45	11,93	13,42	13,36
Manufaturas	53,85	51,92	54,86	56,97	58,86	55,06	53,53	53,76	53,66	54,67	54,07	58,52	54,27	52,87	51,76

Pauta de importações do Brasil (% das importações)

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Produtos agrícolas e alimentos	13,31	11,97	13,84	12,28	14,05	14,18	13,43	13,76	11,64	11,75	9,91	8,75	7,23	8,34	8,89
Combustíveis, minérios, e metais	31,89	31,56	28,29	28,76	24,01	17,96	15,35	15,81	14,49	11,92	14,32	18,23	17,44	18,15	19,15
Manufaturas	54,77	56,46	57,84	58,95	61,93	67,85	71,21	69,95	73,85	76,30	75,72	72,88	75,28	73,49	71,96

Pauta de exportações da China (% das exportações)

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Produtos agrícolas e alimentos	18,91	16,14	15,08	13,58	12,83	12,15	9,94	9,77	8,51	7,71	7,22	6,53	6,20	5,74	5,03
Combustíveis, minérios, e metais	10,69	10,39	8,18	7,17	6,12	5,24	5,68	5,73	5,92	4,85	4,40	5,04	4,97	4,21	4,18
Manufaturas	69,44	71,58	75,72	78,73	80,61	82,31	84,13	84,36	85,36	87,29	88,28	88,22	88,60	89,84	90,57

Pauta de importações da China (% das importações)

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Produtos agrícolas e alimentos	16,34	14,73	12,28	9,77	5,98	8,79	12,18	11,00	10,26	9,02	8,33	8,66	8,26	7,40	7,37
Combustíveis, minérios, e metais	5,86	4,96	6,34	9,06	9,32	6,69	8,15	9,33	11,92	9,70	10,53	14,81	12,84	11,63	12,36
Manufaturas	77,45	79,79	81,04	80,43	84,00	83,87	79,01	79,10	77,14	81,26	80,29	75,74	78,21	80,45	79,95

Pauta de exportações da Índia (% das exportações)

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Produtos agrícolas e alimentos	18,50	19,54	18,77	17,74	18,74	16,71	19,94	21,03	19,72	18,77	15,91	14,15	14,14	13,39	12,58
Combustíveis, minérios, e metais	8,21	8,05	7,68	7,07	5,93	5,42	4,95	4,82	4,05	2,79	2,70	7,12	8,14	9,04	9,80
Manufaturas	71,60	70,42	71,99	73,46	73,70	76,18	73,50	72,39	74,19	76,01	79,20	76,53	74,81	75,22	76,51

Pauta de importações da Índia (% das importações)

Países/Anos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Produtos agrícolas e alimentos	7,43	7,23	5,82	7,54	6,55	10,44	8,33	7,89	9,21	12,22	10,67	8,28	10,11	8,85	9,08
Combustíveis, minérios, e metais	28,45	35,37	36,27	36,46	32,56	31,48	30,77	36,32	31,35	26,61	36,30	41,83	38,09	37,95	35,78
Manufaturas	58,99	51,20	49,90	49,84	53,57	51,31	53,77	49,94	54,70	53,85	50,66	47,89	50,37	51,95	54,34

Exportações de produtos de alta tecnologia (% das exportações de manufaturados)

Países/Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	5,39	4,15	4,74	4,81	6,02	7,25	9,10	12,88	18,55	19,01	16,73	11,91	11,36
China	6,11	6,84	7,95	10,04	12,00	12,68	15,09	16,76	18,58	20,57	23,31	27,10	29,81
Índia	2,29	2,53	3,13	4,46	5,17	4,74	4,09	4,41	5,35	5,51	5,07	5,25	5,16

Grau de abertura comercial (Volume mundial de comércio internacional)⁴⁹

Anos	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Mundo	27,16	27,26	30,06	35,61	33,20	34,40	34,45	33,82	36,27	38,54	38,93	37,53	36,84

Anos	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Mundo	38,66	37,99	35,05	35,60	36,61	37,91	38,32	38,07	39,05	38,80	40,01	42,13	42,51

Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Mundo	44,27	44,63	44,99	49,36	47,99	47,32	47,71

⁴⁹ Esta série aparece no WORLD DEVELOPMENT INDICATORS (2006) como *Trade (% of GDP)*. É a porcentagem da soma das exportações e importações de todos os países do mundo sobre a produção global.